

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO**

**06.06.2018**

**AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME****COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO****06.06.2018**

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Boa tarde a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da 4ª sessão legislativa da 18ª Legislatura. Convocada com a finalidade de ouvir o Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, que irá demonstrar o cumprimento das Metas Fiscais do 3º quadrimestre do exercício de 2017, conforme previsto no Parágrafo 4º do Artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Solicito a secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Pela ordem... Quero registrar a presença do deputado Carlão Pignatari; Vitor Sapienza; Davi Zaia; Orlando Bolçone que é o vice-presidente dessa Comissão; Carlos Cezar líder do governo; Enio Tatto; e deputado Teonilio Barba. E esse Presidente. Com a palavra, o deputado Davi Zaia.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** - Solicitar a dispensa da leitura da Ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - É regimental. Havendo consenso está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Convido então ao secretário Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho. Obrigado pela sua presença em trazer todo o demonstrativo do terceiro quadrimestre de 2017, e cumprindo com as normas regimentais, eu tenho certeza de que será de grande explanação para essa Casa e esses deputados e todos que estão aqui presentes. Obrigado.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Pela ordem, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - Só para esclarecimento. Quero cumprimentar a todos os deputados, ao secretário e o pessoal que está acompanhando aqui. Apenas para pedir que o secretário coloque para nós programarmos de qual é o tempo que se tem disposição só para nos organizarmos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - O tempo que o secretário achar que convém. Só se expandir muito, aí nós entraremos em consenso com os deputados. Obrigado, pode ficar à vontade, secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Boa tarde senhoras e senhores deputado, o deputado Wellington Moura, agradeço a oportunidade ao deputado Carlos Cezar. Peço desculpas pelo pequeno atraso e faço a minha estreia e inauguração já atrasando 11 minutos. Gostaria de registrar a minha felicidade em voltar a essa Casa agora como secretário da Fazenda. Participei de debates junto aos senhores e senhoras e enquanto coordenadora da administração tributária, e, agora para mim é uma honra e grande orgulho ser alçado ao posto de secretário da Fazenda.

Lembrando aos senhores e senhoras que eu sou primeiro de carreira a assumir esse posto no Estado de São Paulo. Então para mim é uma grande honra, e principalmente ao vir aqui falar aos senhores e senhoras sobre o resultado fiscal do nosso Estado. Gostaria de começar. Nosso relatório de gestão fiscal relativo ao terceiro quadrimestre de 2017, na verdade, ele acaba incluindo todo o ano de 2017 e seu exercício.

Tem como objetivo dessa apresentação à Comissão de Finanças do Orçamento e Planejamento, e, em cumprimento ao parágrafo quarto do Art. 9 da lei de responsabilidade fiscal. Então são os dados acumulados como eu disse até o terceiro quadrimestre de 2017 e por consequência todo o exercício fiscal de 2017. Aqui tem um sumário de quais os temas iremos enfrentar. De início as receitas e na sequência as despesas, os resultados fiscais propriamente ditos, e, o demonstrativo dos limites colocados pela lei de responsabilidade fiscal o atingimento desses limites e como irá ficar demonstrado.

Começando pelas receitas e o Estado de São Paulo conseguiu em 2017 reverter a trajetória negativa que vínhamos acumulando nos exercícios anteriores, e, conseguimos nas receitas correntes um aumento real de 3.6% e em grande parte e eu vou demonstrar mais à frente, em boa parte da resposta positiva da arrecadação tributária, e, não só dela, mas, basicamente o grosso desse aumento de receitas vem das receitas tributárias. E uma pequena redução das receitas de capital. Portanto, o resultado positivo basicamente está sentado sob esses 13 bilhões de reais de aumento das receitas correntes. Detalhando um pouco melhor. Receitas tributárias como eu disse, cresceram 1,5%.

A receita de ICMS que é a principal do Estado, 1.2. Também tivemos ali um aumento significativo de receitas patrimoniais, e, que no bolo, apesar dos 29%, quase 30% real dentro do total da arrecadação da receita é um valor significativo, deu dois bilhões de reais. E as demais receitas correntes. Só um pouco mais de detalhes, o que compõem a receita patrimonial que foi como eu disse, significativa, dividendos, juros sob o capital própria, a remuneração do saldo de caixa, ou seja, receitas relacionadas ao patrimônio do Estado.

As demais receitas correntes são relativas a multas, juros, recuperação de dívida ativa e nessa rubrica temos os dois programas de parcelamento que vigoraram no ano passado, o PEP e o PPD. Lembrando que dentro do exercício de 2017 a arrecadação somada desses dois programas de parcelamento totalizaram em dois bilhões de reais. Lógico que aqui estamos falando de um ano na comparação com o outro. 2017 versus 2016.

Em 2016 também houve o ingresso de receitas relacionadas aos parcelamentos dos anos anteriores, mas, em 2017 em especial e é disso que estamos tratando, tivemos um resultado bastante positivo nos dois programas de parcelamento que são o PEP e o PPD. Dois bilhões dá a somatória deles. O PEP está com 1.500 ou 1.600 e isso de ingressos. 1.600 se eu não estou enganado. E 400 do PPD. Lembrando que o PEP é ICMS e o PPD é IPVA, ITCMD e taxas.

As receitas de capital tivemos um decréscimo de operações de crédito e tivemos dificuldades no fechamento de operações de financiamento, e, devem lembrar que durante 2017 tivemos aquele problema do rating do Estado de São Paulo dado pela União e essa é uma condição para que o Estado possa firmar financiamentos com o aval da União e com autorização melhor dizendo. Portanto, houve um decréscimo e isso é importante, e, as outras receitas de capital como um acréscimo importante, que foi a

entrada de recursos relativos aos depósitos judiciais, e, lembrando que o Estado pode levantar 75% e do total dos depósitos judiciais.

Enquanto pendente da decisão definitiva. Tivemos um aumento significativo que é o dos 579 milhões de reais a mais do que em 2019. As receitas de capital suplantaram a redução que tivemos em operações de crédito, e, com alguma folga. Já indo para o campo das despesas é o segundo item e grande da nossa apresentação. Nós começamos falando de despesas e mostrando a comparação entre as despesas propriamente ditas e empenhadas, liquidadas e pagas, e, aquilo que constava como dotação orçamentária. Nós tínhamos a inicial em 206 bilhões de reais e depois com os ajustes que vão sendo feitos ao longo do ano, chegamos a 212 e tivemos um pequeno contingenciamento e então o que acabou gerando uma dotação orçamentária efetiva de 211 bilhões de reais.

Desses 211 bilhões de reais tivemos de despesas empenhadas e liquidadas 204 bilhões de reais, o que se dá aproximadamente 96,5%. O que mostra uma boa execução orçamentária. O Estado conseguiu executar bem o seu orçamento e efetivamente empenhando e liquidando 96,5% do total. Desse total, pagamos efetivamente 86 bilhões de reais. 91,4% do total liquidado e a diferença entre eles é o que ficou de restos a pagar de 2017 para 2018. Lembrando que os restos a pagar têm sempre cobertura financeira, e, portanto, esses valores efetivamente continuam a disposição para os pagamentos que vieram sendo feitos em 2018 e que estão relacionados e relativos a 2017.

Despesas totais, já partindo para o detalhamento das despesas. A primeira grande rubrica pessoal e em cargos sociais, tivemos um aumento real de 0,5% em relação a 2016. Juros da dívida, e, um aumento de 28,4%. E já me adianto a explicar o porquê desse aumento, lembrando que em 2016 foi o ano em que os Estados negociaram e começaram a negociação da dívida dos Estados com a União. O Estado de São Paulo ficou se eu não estou enganado, três meses sem fazer nenhum desembolso, e após esses três meses, em junho se eu não me engano em 2016, dali para frente a negociação com a União previa uma redução dos valores, grande no início.

Essa redução foi sendo diminuída ao longo do tempo, e, das parcelas dos serviços da dívida. E então o aumento de 2016 para 2017 se refere a uma base diminuída em 2016, é importante mostrar que há um aumento sem dúvida, mas, frente a uma redução significativa do período base. De referência anterior que foi 2016. Outras despesas correntes, aqui é importante mostrar junto com a rubrica de baixo que são as outras despesas correntes, exceto as transferências, porque ali os 50 bilhões de reais efetivamente se referem em sua maior parte ao custeio da máquina pública.

Houve um aumento de 3,4% e demonstrando que em 2017 o governo passa a executar e aumenta o seu custeio porque passa gastar mais e melhor com a máquina, em prestação de serviço efetivo, saúde, educação, segurança pública. É importante colocar que o custeio da máquina se refere efetivamente fora da questão de pessoal e encargos, ao custo da prestação do serviço público, o custo de equipamento e de materiais, e, que vão efetivamente prestar para a população o serviço. Com relação as despesas de capital, houve a primeira delas, o investimento e aumento do investimento, da ordem de 24,8%, portanto o Estado de São Paulo em 2017 conseguiu investir mais do que vinha investindo em 2016, e, em versões financeiras caíram um pouco e caíram até em termos relativos bastante, 8,5%.

Mas, em termos absolutos é um valor pequeno em relação ao total, e as inversões financeiras são aquelas em que o Estado não investe diretamente e sim capitaliza alguma estatal que por sua vez faz um investimento. A amortização da dívida com uma redução significativa, mas, porque aqui houve uma mudança no critério de amortização da dívida. Passou a se utilizar a tabela price que prevê um aumento e a parcela passa a ser constante, a tabela price funciona dessa forma. Qualquer funciona e inclusive mobiliário nosso.

A parcela é constante e por consequência a composição dessa parcela constante no início do pagamento da dívida tem uma parcela de juros maior e uma amortização menor. Aí vem então uma amortização menor da dívida por conta dessa alteração do critério de amortização utilizando a tabela price.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Só quero registrar a presença do deputado Vaz de Lima e do Roberto Massafera. Obrigado pela presença.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Investimentos, detalhando a rubrica que constava do slide anterior, o investimento como eu disse, direto aumentou em 24,8%, em 2.4 bilhões de reais e totalizou dez bilhões de reais, investimentos diretos. As inversões financeiras se reduziram um pouco, portanto, o aporte que o Estado faz nas empresas estatais e reduziu-se um pouco e também um pouco da redução das empresas estatais não dependentes. Basicamente a Sabesp.

Houve também um pequeno decréscimo. No total efetivamente dos investimentos tivemos um aumento de 9,6% totalizando dois bilhões de reais a mais em 2017 do que em 2016. Quase 10% de valores reais. Esse slide mostra a evolução da

curva entre os três tipos de aporte, a origem, a fonte do investimento total. Em 2017 na comparação com os demais anos... Voltando um pouco, em 2015, 2016, há um decréscimo dos investimentos por conta da crise que se instala no país inteiro, não só no Estado de São Paulo. Então, portanto, houve um decréscimo de investimento.

O que me parece importante de ressaltar é que em 2017 o Estado volta a uma curva ascendente, que se inverte, o Estado passa e retoma os seus investimentos. Basicamente ou principalmente com o aporte direto do Tesouro, e se compararmos as operações de crédito elas vem mantendo e tirando os melhores anos de 2013 e 2014, ela mantém um valor de aproximadamente quatro bilhões de reais.

Os investimentos das empresas não dependentes como eu disse basicamente a Sabesp mantém valores históricos. O acréscimo vem de aporte direto do Tesouro e revertendo a curva de investimento que era negativa até 2016. Despesas do regime próprio de previdência dos servidores públicos, SPPREV. Esse é um slide muito importante, porque mostra a fonte de financiamento do regime próprio de previdência. Vê-se que na parte de baixo em negrito é a contribuição direta... A de baixo e preta é do servidor, são os 11% dos servidores.

A de cima quase preta é... A hachurada é do aporte do Tesouro. De baixo para cima, a primeira é a contribuição dos servidores, e a segunda é a contribuição patronal, e a contrapartida que o Estado dá versus a contribuição do próprio servidor, de 11% dos servidores em relação ao seu salário bruto. E 22%, é isso, colegas? Me ajudem. 22% do patronal. Dos royalties é importante, uma rubrica que em valores absolutos é bastante elevada, e, em valores relativos é pequena, mas, que está aumentando bastante, e que são as receitas de royalties e de participações especiais da atividade de exploração e produção de petróleo.

E as demais são receitas patrimoniais do próprio IPESP. Do SPPREV, desculpem. E a diferença é de aporte do Tesouro. A parcela de aporte do Tesouro vem aumentando desde 2014 e ela vem aumentando, as demais também. Porque toda a despesa do regime próprio de previdência tem aumentado, e em 2017 então 31,5 bilhões de reais por ano. A SPPREV com regime complementar de previdência dos servidores que entraram no serviço público depois de 2013, não é isso?

Hoje temos 21.335 participantes, já alguns assistidos, 258, e uma taxa de adesão de 70%. Eu acho importante fazermos... Os dois slides tem relação no sentido de que esse é o regime próprio dos servidores que entraram antes de 2013, por favor, o próximo em relação aos servidores que entraram após 2013. E em que devem complementar a

sua própria previdência. E a evolução do patrimonial da SPPREVCOM efetivamente em uma curva ascendente forte. É importante ressaltar que esse projeto nasceu da iniciativa do deputado Davi Zaia, e, que contribui para uma despressurização e diminuição da pressão que as despesas de aposentadoria e pensões fazem sobre o Tesouro, o Caixa do Estado.

Então, deputado Davi tem que se tem a menção feita de que esse é um projeto de iniciativa importante, e, moderna eu diria, no sentido de que nós contribuíamos ou construíamos um fundo com aportes cada vez maiores dando estabilidade ao sistema e as finanças como um todo.

**O SR.** - Se me permitir um aparte rapidamente sobre isso, secretário...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB - ...** Com a palavra...

**O SR.** - ... É que o projeto estabeleceu a adesão presumida. Ou seja, todo servidor que for contratado automaticamente é colocado no SPPREVCOM, e coisa que não aconteceu no projeto original quando foi aprovado o projeto que veio do governo e a importância disso está principalmente em registrar na taxa de adesão que hoje está em 70% e que se estivéssemos com a adesão presumida desde o início, talvez nós estivéssemos com um índice maior, porque muitos servidores na hora da adesão nem sempre tem a clareza e na hora do ingresso no serviço público, da clareza da importância da previdência complementar.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO –** Ótimo, agradeço a contribuição. Indo para o terceiro item da nossa pauta, aí já fazendo a junção das despesas e das receitas, e indo para o balanço orçamentário, nós fazemos um resumo dos dois lados do balanço, receitas totais, como eu disse, em 204,8 bilhões de reais, as despesas correntes em 197 de capital sete. Isso são as receitas. E as despesas totais em 204,0 bilhões, ou seja, o balanço absolutamente equilibrado e diferença entre receitas e despesas de 99,6% mostrando e reforçando a noção do equilíbrio orçamentário na execução e na própria concepção, aliás, do orçamento ao longo de 2017.

O resultado orçamentário de 804 milhões de reais de um total de 204 bilhões de receitas e despesas. Também detalhando um pouco mais, as receitas primárias e



despesas. As receitas primárias de 225 bilhões de reais, lembrando que essas receitas nós excluimos receitas e despesas financeiras. O que é relacionado à parte financeira do orçamento e está fora desse resultado, e comparação, temos então receitas primárias de 225, despesas primárias de 220, o que resultou em um superávit primário de 5.3 bilhões de reais, sendo que a meta na LDO, e, ela é encaminhada a essa Casa em abril de 2016, portanto, no auge da crise, previu uma meta de 194 milhões de reais.

Portanto, o superávit alcançado efetivamente no final do exercício de 2017 suplantando em larga medida a meta prevista na LDO. Aí fazemos uma curva de comparação entre o resultado primário dos vários anos, e, efetivamente alcançando de superávit primário, versus a meta da LDO do respectivo ano. Em 2016, também por conta da crise. E tivemos um resultado reduzido ou menor dessa série desde 2008 e também muito próximo da meta. O que fez com que em 2017 e propuséssemos uma meta menor, mas um esforço para alcançar o resultado primário maior, o que como eu disse alcançou os 5.3 bilhões de reais.

Indo para o quarto e último item do nosso sumário da nossa apresentação, o detalhamento relativo a dívida consolidada do Estado cresce de 277 para 294, e, isso em relação a receita corrente líquida de 194%, agora, para fins de cumprimento das leis de responsabilidade fiscal, há uma série de deduções, então, é importante destacar o que é a dívida contratual que foi de 256 para 271 bilhões de reais, e, em 271 representa 179% da receita corrente líquida versus as deduções todas, chegamos a uma dívida consolidada e líquida que cresce de 246 para 259 e alcançar 171% da receita corrente líquida, sendo que a lei de responsabilidade fiscal prevê um limite de 200%.

Portanto, o Estado de São Paulo bastante abaixo do limite e cumprindo com folga esse limitador previsto na lei de responsabilidade fiscal. É importante dizer e reconhecer, obviamente que a receita, e, a dívida cresce e o que acontece é que a receita cresce mais. A receita corrente líquida cresce em uma velocidade superior a dívida, o que o que demonstra o acerto da condução das finanças do Estado e o controle efetivo que o Estado tem sobre a dívida. Ali a penúltima linha traz a diferença entre a dívida consolidada e líquida e, o limite, a receita corrente líquida, que foi de 34 bilhões de reais aproximadamente, para 44 bilhões de reais, portanto, o Estado de São Paulo e a gestão consegue abrir dez bilhões de reais no limite possível e legal da dívida do Estado.

A curva histórica desde 1997 e a trajetória da dívida consolidada versus a receita corrente líquida, ali em 2014 para frente, 2016 e 2017 há um aumento desse indicador e ainda longe do limite de 200%, mas há um aumento, efetivamente como resultado da

crise severa que o Estado de São Paulo enfrentou, lembrando que na verdade, não só o Estado de São Paulo enfrentou essa crise, como todo o país. O que o Estado de São Paulo conseguiu fazer foi atravessar a crise com mais tranquilidade e solidez em suas contas. Despesas de pessoal, o detalhamento das despesas do Executivo.

As despesas brutas, de 93 bilhões de reais, mas, eu acho que o mais importante, sem querer direcionar o olhar dos senhores e senhoras desse slide, mas, o mais importante é o total da despesa. A despesa bruta ali de ativos e inativos, e, em cumprimento aos preceitos da lei de responsabilidade fiscal, a forma como se calcula esse indicador dado pela lei de responsabilidade fiscal prevê a aplicação das deduções, o que chegamos a um total líquido da despesa de 65 bilhões de reais. Ou seja, 43,43% da receita corrente líquida. O limite prudencial é de 46,55 e o limite máximo é de 49. Portanto, respectivamente 70,5 bilhões de reais no limite prudencial e 74,2 bilhões de reais no limite máximo, portanto, o Estado de São Paulo cumpriu com as despesas e o controle sobre as despesas de pessoal previstas na lei de responsabilidade fiscal com tranquilidade de quase cinco bilhões de reais em relação ao limite prudencial.

Lembrando que o limite prudencial é aquele a partir do qual o Estado fica proibido de contratar, e, de dar o aumento de salário, portanto, ainda com folga, e isso em 2017. As despesas e a curva histórica das despesas de pessoal, incluindo todos os poderes. É importante demonstrar e alertar ou ressaltar que em 2016, principalmente, o Estado chegou muito próximo do limite prudencial do Executivo, de 46,4% contra um teto e um limite máximo, melhor dizendo, de 46,55.

Agora, aqui em 2017 por conta do aumento da receita basicamente, conseguimos uma folga nos limites colocados pelas leis de responsabilidade fiscal. É justamente dessa folga que se permitiu que o governo ao final do ano passado e no início deste ano desse algum aumento de salário de 3,5 para a maioria das categorias e para as sete em algumas delas. Mostrando que ali em 2017 o exercício de 2017, e a condução correta das contas permitiu que ao final do ano se desse esse aumento para o funcionalismo público e para os servidores, e a vigorar agora em 2018.

Garantias de mais um dos itens controlados ou com limites estabelecidos pelas leis de responsabilidade fiscal e, esse é o indicador de que o Estado historicamente atinge com bastante tranquilidade. O Estado de São Paulo poderia dar em garantia 32% da sua receita corrente líquida, o que daria aproximadamente 4,5%. Essas são as garantias das pelo Estado as suas estatais, aos empréstimos.

O Estado como garantidor de operações de financiamento das suas estatais. Então 4,51% e contra um limite de 32, e, 6,8 bilhões de garantia, versus o limite possível de 48,5% bilhões de reais. Então o indicador com bastante folga alcançada. Um resumo das operações de crédito em vigor ou desembolsadas de janeiro a dezembro de 2017, e, aí chamando a atenção para o terceiro item, e que é a construção dos três complexos hospitalares, e, que foi a única operação de crédito que o Estado conseguiu contratar em 2017, e as outras todas foram contratadas em exercícios anteriores, e aí são os desembolsos feitos nesse ano por conta do problema e da dificuldade que o Estado de São Paulo teve em contratar operações de crédito por conta do indicativo e do rating do Estado dado pela União. Portanto...

**O SR.** - ... Esse de São Paulo é o Pérola Byington?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Exatamente. Esse é o Pérola Byington e os outros dois eu não... Sorocaba e São José dos Campos. Mas, o de São Paulo é o Pérola Byington. As operações de crédito, temos versus o limite, as operações de créditos representaram 3,03 do total da receita corrente líquida, e, versus um limite colocado por resolução do Senado Federal de 16%, portanto, o Estado de São Paulo teria em tese também uma margem muito maior para a contratação de operações de crédito do que aquela que conseguiu realizar e aí reforçando que em 2017, o problema não foi o limite da resolução do Senado e sim o rating do Estado de São Paulo dado pela União.

Portanto, temos 4,5 bilhões de reais de operações de créditos contratadas e em curso dos respectivos desembolsos. Senhoras e senhores era isso que eu tinha a dizer, eu agradeço a atenção. É a primeira vez, minha estreia aqui. Acompanhei ao secretário Helcio Tokeshi em outras oportunidades, acho que aquilo que me cabia fazer está feito, mas, de qualquer forma eu me coloco à disposição para perguntas e esclarecimentos adicionais.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Eu gostaria de deixar registrada a presença do deputado Gilmar Gimenes, também membro desta Comissão. E registrar, porque o deputado Edmir Chedid pediu para avisar que ele foi em uma diligência, também estava presente na CPI das OSS e deixou registrado que ele está preso em relação... Não, ele está fazendo a diligência. E fizemos uma diligência em

uma organização social, em um hospital e ele não está presente. Pediu para deixar comunicado.

Vou abrir as inscrições.

**O SR.** - Excelência. Presidente, V. Exa. nos assustou muito, até porque eu acabei de ler na minha alínea aqui que o Senado e a CCJ, acabaram de aprovar um Projeto de lei que se transformado em lei, obrigaria ao preso a pagar o seu custo. Porque eles falam aqui em 2.400, inclusive. Senão, ou ele paga, o projeto está assim Carlão, ou ele paga os 2.400 ou tem que trabalhar. Interessante, acabou de aprovar.

**O SR.** - Na época do outro governo o cara ia preso, assaltava fazia alguma coisa e recebia uma bolsa. E agora vai se inverter.

**O SR.** - Não sei, essa história da bolsa para mim é um negócio assim...

**O SR.** - ... Deve ser a bolsa do Aécio Neves, de 500 mil.

**O SR.** - Não, agora é sério...

**O SR.** - ... Se estivesse trabalhando e fosse preso ele recebia uma complementar salarial...

**O SR.** - ... Eu acho que é uma incompreensão, mas não é Barba...

**O SR.** - ... Sr. Turco, eu estou brincando, é ou não é?

**O SR.** - Deputado Barba.

**O SR.** - Deputado Barba, desculpe...

**O SR.** - ... Deputado Carlão.

**O SR.** - Se estivesse trabalhando e fosse preso, ele receberia.

**O SR.** - Ela está em vigor viu, Carlão?

**O SR.** - É verdade isso.

**O SR.** - Está em vigor. Mas, eu acho que é uma coisa muito antiga.

**O SR.** - É muito antiga.

**O SR.** - Bastante antigo esse negócio, não é de agora. Quem estava trabalhando...

**O SR.** - ... Ele foi desdenhoso, percebeu?

**O SR.** - Não acho que foi com intenção.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Vou registrar a presença do deputado Feliciano Filho, e, estão abertas as inscrições. Deputado Enio Tatto, mais alguém gostaria de se inscrever? Deputado Roberto Massafera, Orlando Bolçone e Teonilio Barba. Tem o tempo regimental de dez minutos, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - Quero cumprimentar ao secretário Luiz Cláudio. Há quanto tempo está na Secretaria?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Estou há 16 anos... Não, como secretário? Uns 20 dias.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - 16 dias.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Quase 16 dias.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Quero cumprimentar ao Presidente e aos deputados. Secretário, mesmo estando há 20 dias, mas, o senhor deve ter acompanhado toda a polêmica na Assembleia Legislativa e que está na Ordem do Dia porque foi aprovada ontem a PEC5. O Governo do PSDB, do Geraldo Alckmin orientou a bancada

e também o Presidente da Casa que segurou essa PEC5 uns dois anos. Só o deputado Cauê Macris segurou desde quando chegou.

Com toda a organização, pressão, mobilização, perseverança de todo o funcionalismo que lutou tanto para aprovar essa PEC5 que é a PEC do teto, lembrando que o Estado de São Paulo é um dos últimos a aprovar. E isso ficou defasado por uma política oportunista e uma política que eu acho que é hipócrita do governador Geraldo Alckmin de não dar aumento ao seu próprio salário. E isso segurou esse pessoal do funcionalismo público e que são especializados e que não podiam ter o aumento de salário, ficaram achatados.

Ontem foi aprovado de forma quase unanime, apenas quatro deputados não votaram. E a minha pergunta ao senhor é a seguinte, o senhor provavelmente foi consultado, e deu alguns pareceres, tanto para a Casa como para alguns deputados e o funcionalismo público. Eu queria saber qual a sua posição, e se o Estado tem condições de aguentar esse aumento depois de quatro anos, de um bilhão, se tem isso? Olhando o limite prudencial aqui, de 43 que pode chegar até 46. Qual foi a sua orientação? O senhor foi favorável a essa aprovação na Assembleia Legislativa no dia de ontem?

Já adiantando que nós da bancada do Partido dos Trabalhadores defendemos esse aumento desde o início e praticamente todos os deputados que estavam presentes ontem votaram favoráveis. Hoje está um pau danado, com todos que estavam presentes. Do PT todos. Então a sua posição como secretário da Fazenda, provavelmente o senhor foi consultado em todas as áreas. Mas, qual foi a sua orientação a respeito da PEC5 que foi aprovada na Assembleia Legislativa e que hoje está repercutindo em São Paulo, a nível nacional e é cassete para todo o lado.

**O SR.** - Posso fazer uma complementação na sua pergunta deputado Enio? Se realmente esse valor de um bilhão é isso, porque chegava-se a notícia de que era 500, depois de que era um bilhão e meio, e depois que era 600 ou 800. Estou dizendo se realmente era esse valor ou não.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – É um bilhão depois de quatro anos.

**O SR.** - Mas, é que falaram que seria 800 depois de quatro, 500, um bilhão e meio. E se tem esse número histórico e se é esse o valor ou não, só isso deputado Enio, obrigado.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Sr. Presidente, não sei se vamos no ping-pong ou se ficamos só no pong.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Pediria que V. Exa. fizesse todas as perguntas e ele vai pontuando, qualquer coisa se ele não responder alguma pergunta V. Exa. pode refaze-la novamente.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Poderia responder esse primeiro, porque seria interessante. Teriam algumas coisas que queríamos... Depois fazemos as outras.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado...

**O SR.** - ... Posso fazer, já que o assunto é o mesmo.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Lógico.

**O SR.** - Se é uma coisa que vai se falar dessa maneira, e, é lembrar o seguinte, está havendo toda essa discussão, e, vamos lembrar, eu estava comentando com o deputado Massafera, mas, eu acho que ajudou muito e motivou a aprovação do tema da PEC5 foi além da luta dos servidores fazendários, legítima, correta, diferentemente do deputado Enio Tatto, eu me coloco disso de coisas tão hipócritas e nem nada, mas também sou favorável. Mas, exatamente pensando nas universidades, e pensando nos pesquisadores.

Nós estamos perdendo as melhores cabeças. Além da luta fazendária, quer dizer, temos de colocar isso, senão vamos colocar de uma forma só. Eu acho que temos de discutir isso com franqueza. Que tipo de política nós vamos desenvolver para prestigiar os cérebros do Estado de São Paulo. E aí coloco de modo geral e incluo a todas as categorias, então é bom colocarmos e é um pouco a partir desse ângulo que nós precisamos incentivar. Eu estava falando agora com um colega quando chegava aqui, estava conversando um pouco sobre isso.

Mas, lá em São Carlos, perto do deputado Massafera tem duas universidades, a USP desse lado e a Federal do outro. É só atravessar a rodovia. Dá pena de conversar com aqueles professores e com os pesquisadores que são absolutamente invadidos em sua vida por outros países, e, que querem leva-los embora. Que país nós queremos? Que

Estado queremos? Eu acho que essa é a discussão que temos de fazer. E, lembrar que em todo o lugar e em todo o país e todas as carreiras que são típicas de Estado, evidentemente tem um tratamento diferenciado.

Queria também fazer essa colocação para nós podermos fazer essa reflexão.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Enio Tatto, e deputado Carlão Pignatari, deputado Vaz de Lima, eu agradeço as perguntas. No ano passado eu tive o privilégio de participar ativamente na Assembleia Legislativa do debate de pelo menos três Projetos de lei que eram do interessa da Secretaria da Fazenda, e confesso que não me lembro o número das leis, mas, eu lembro dos projetos justamente, era o PL 57 e o PL 253, e o PLC 25 que virou a lei 1.320 e ao longo do debate e do meu envolvimento pessoal nesse debate, eu aprendi muito com Vossas Excelências. Sendo muito franco e honesto, demais em ver a capacidade que essa Casa tem na construção de um debate, das ideias e dos consensos, e da riqueza que aqui no debate de ideias se consegue.

Eu sou do Poder Executivo e já tinha por dever quase que cidadão um respeito enorme ao Poder Legislativo. Mas, eu quis colocar minha experiência pessoal antes para mostrar que além do meu respeito formal pelo Poder Legislativo, agora eu tenho um respeito pessoal, e, que agora eu conheço o trabalho e a forma como os senhores e senhoras trabalham. O meu respeito, portanto, aumentou ainda mais. A PEC é uma emenda constitucional e de iniciativa do Poder Legislativo e debatido de forma absolutamente correta e respeitosa.

Os nossos colegas agentes fiscais de rendas e outras categorias impactadas, coronéis da Polícia Militar e os delegados da Polícia Civil os pesquisadores, professores universitários, e etcetera, também se fizeram presentes nesse debate todo, e, o que me parece mais importante é justamente esse respeito que eu tenho ao Poder Legislativo. Foi uma decisão dos três poderes que compõem a democracia brasileira, e, que cabem a mim não só respeitar como eu disse nos termos pessoais, como agora respeitar enquanto gestores públicos.

A Secretaria da Fazenda que é a responsável por fazer a gestão que eu vim aqui apresentar em 2017, e seu corpo técnico de altíssima qualidade, e, que está absolutamente preparada para responder a esse novo desafio de arrecadar os recursos que tem de ser arrecadados. E eu acho que o mais importante de se colocar é que a arrecadação e o aumento dela já vêm e virá ainda mais não por aumento de carta



tributária que é também uma competência do Poder Legislativo de se definir, mas, vamos aumentar a arrecadação pela competência do nosso quadro técnico e dos nossos servidores.

Essa arrecadação virá do combate à sonegação, do combate à fraude, e do combate à inadimplência, e, também do combate a complexidade do sistema e dos nossos procedimentos. Nós vamos arrecadar mais, porque vamos arrecadar melhor, dos que não pagam e vamos facilitar a vida dos que pagam e dos que se mantêm em conformidade. Esse é o espírito da lei 1.320 que criou o programa nos conformes e do qual eu tive a honra de participar e ajudar no debate nesta Casa.

Então enquanto agora não mais como coordenador da administração temporária que eu era enquanto vinha debater e agora como secretário da Fazenda, cabe a mim gerir essa nova condição. E dar condição para que o Estado possa honrar com seus compromissos, dentre eles o que vem agora da PEC. E eu tenho plena convicção e posso afirmar categoricamente, que a resposta já vem sendo dada e ela só vai aumentar. O compromisso do corpo técnico aumenta cada vez mais e um compromisso com a modernização. Com o bom resultado e boa prestação do serviço público, não é arrecadar por arrecadar.

Não é simplesmente arrecadar para pagar uma conta, é arrecadar com justiça, com qualidade, e propiciando o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo. O Estado tem que arrecadar, não existe Estado organizado sem fisco, e sem arrecadação de impostos. Mas, o Estado não pode atrapalhar, ele arrecada, mas não atrapalha. É essa a nossa missão e é isso que eu peço e tenho pedido ao nosso corpo técnico como missão.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Secretário, eu entendi que o senhor era favorável a PEC5. Até mesmo porque vem da categoria. E aqui não tem que ficar em cima do muro. Os tucanos, vemos o resultado da votação de ontem, eles seguraram por mais de um ano a votação comandada inclusive pelo Presidente da Casa, e, ontem apenas dois deputados do PSDB votaram contra. E os demais todos votaram favoráveis. Agora, no governo do governador Alckmin, eles não se posicionavam tão favoráveis dessa forma.

Tanto é que não deixavam pautar. E ao mesmo tempo, o senhor não está falando da forma que o seu governo, o governador fala, que no dia de hoje ele soltou uma nota para toda a imprensa, resumindo e colocando palavras populares, chamando a Assembleia Legislativa de irresponsável e que vai entrar na justiça para evitar esse

aumento, que o Estado não tem condições de aguentar. Eu diria, se o senhor fosse secretário há mais tempo, com certeza o aumento que nós aprovamos aqui irrisório e insignificante vergonhoso, e de três a 3,5% para determinadas categorias no Estado de São Paulo, de 7% para os professores que depois de três ou quatro anos não tinham aumento.

Para a Polícia Civil e Polícia Militar, se o senhor estivesse à frente da Secretaria da Fazenda, com certeza o funcionalismo público geral do Estado de São Paulo seria um pouco mais respeitado. E já que V. Exa. o senhor coloca que o Estado tem condições e está em um processo de recuperação de segurar esses aumentos, sem estourar o Estado de São Paulo e que daqui a pouco alguém vem falar, “o Estado de São Paulo está pagando em dia os seus funcionários”, e diferentemente de outros Estados.

O Estado de São Paulo é diferente em tudo e tem que ser singular em tudo. Agora, o que percebemos é como ele maltrata o funcionalismo do Estado de São Paulo. Pela sua colocação, eu percebo que o senhor acha que o Estado teria condições realmente de ser mais generoso com seu funcionalismo e de valoriza-lo mais, e, como foi o caso da PEC5 que simplesmente foi desobstruído algo que o governador por conta própria segurou a tanto tempo. Coisa que praticamente só o Estado de São Paulo fazia. E a outra coisa que eu queria colocar é que no fundo de toda essa discussão e aí já faz parte da outra pergunta, é como que o senhor vê as questões das desonerações no Estado de São Paulo.

É um absurdo, e, aí tem a ver com tudo que é investimento e em todas as áreas e também do salário do funcionalismo público, e, que a desoneração mínima, não dá para se saber o total deputado Vitor Sapienza. Mas, o mínimo é de 20,6% bilhões no Estado de São Paulo. Desoneração. Um valor que é quase igual ao gasto pela saúde que é de 22 bilhões. Que é do mesmo valor do gasto da segurança pública total, que é de 20 bilhões. É muito mais do que o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação que é de 15 bilhões.

Só perde para a Secretaria da Educação que é de 30 bilhões. O que acontece com tanta desoneração? Quais são os setores e que são mais privilegiados com essa desoneração e que isso não sabemos, está em sigilo no Estado. E ele não obedece a lei da transparência e qualquer um, a nossa Assessoria se debruçou e não conseguiu localizar. Se o senhor pudesse fazer uma relação por setor econômico, de quanto se tem de desoneração e esse setor econômico, quanto que ele contribui para o Estado de São

Paulo em termos de emprego ou de qualquer outro benefício para a população do Estado de São Paulo.

E entre esses setores que estão sob sigilo que ninguém consegue descobrir o quanto que recebe de desoneração, e, o resultado que traz para o Estado de São Paulo tem um setor importantíssimo que é o de comunicação. Qual é o benefício que uma rede “Globo”, uma “TV Bandeirantes”, “Record”, “SBT”, “Folha de S. Paulo”, “Estadão”, tem de benefícios em termos de desoneração e que a população do Estado de São Paulo não consegue saber?

Se o senhor pudesse detalhar isso para nós. Porque um dos grandes problemas realmente está e que não consegue investimentos e dar aumento ao funcionalismo público, e, que não consegue resolver muitos problemas na área da educação, habitação tem um dado importante que nos últimos dez anos deixaram de serem aplicados em moradias populares em torno de sete bilhões e se fizer a conta de 110 por habitação popular, são 63 mil moradias que não foram construídas e que seria dinheiro quase que carimbado de uma lei que aprovamos de 1% do ICMS na Casa.

Então, quando se trata de desoneração é muito importante que tenhamos transparência e que fiquemos sabendo quem é que está sendo beneficiado e para aonde é que está indo esse dinheiro que é mais de 20,6 bilhões mínimo, sendo que não temos notícias e não conseguimos fazer o levantamento do total geral dessas desonerações no Estado de São Paulo.

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** Pela ordem, deputado Vitor Sapienza.

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS -** Não membro da Comissão de Finanças, mas sim como deputado, eu entendo que uma série de colocações do deputado Tatto mesmo válidas não cabem na exposição de hoje. Na minha sugestão ao deputado Tatto deveria se fazer uma indagação ao Sr. Secretário da Fazenda a respeito, mesmo porque o secretário da Fazenda está assumindo a praticamente dez dias.

Por mais competente que ele pudesse ser ele não teria a menor condição, a não ser de chutar para poder responder, então dentro desse quadro deputado Tatto, eu até estou aqui hoje em uma posição totalmente diferente porque, Presidente, o senhor vai

me desculpar se eu extravasar um pouco no horário, mas, eu tenho que dar esse depoimento...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB - ...** Ele só está dando a perguntar deputado Vitor Sapienza...

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS - ...** Mas, dentro desse contexto eu entendo o seguinte deputado Tatto, a colocação de V. Exa. é ultra pertinente, mas, eu entendo que ela caberia em uma pergunta e uma indagação de quem pudesse vir responder com os detalhes que V. Exa. está pedindo.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** Pela ordem, deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT -** Primeiro que eu não tenho culpa, deputado Vitor Sapienza, que eu estimo e tenho uma admiração enorme, que o secretário está na Secretaria a 20... Ele está cumprindo a Legislação de vir aqui. Segundo que na colocação dele, e em toda a exposição, eu não vi em nenhum momento ele falar sobre as desonerações, o que eu acho que é um grande problema do Estado de São Paulo. Então, portanto, eu não vejo nada demais. Se o secretário não tem condições de responder, ou poderíamos ter adiado a vinda dele pelo pequeno em que ele está na Secretaria, ou ele fala, “tudo isso eu não tenho condições de responder agora, façam um relatório”, ou volta uma outra vez.

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS -** Eu concordo plenamente com Vossa Excelência.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT -** Para tratar desses assuntos, mas, não concordo que isso não é pertinente ao assunto que estamos tratando no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Eu acho que fica a par do secretário de querer responder, e, caso ele não tenha as respostas diante da pergunta, o secretário com certeza está de pronto e se colocou à disposição...

**O SR.** - ... Pela ordem, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - ... Para poder, com certeza dar os recados e depois passar o relatório em cima das informações que estão sendo perguntadas. Não vejo o porquê... Vai do secretário.

**O SR.** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Pela ordem, deputado Teonilio Barba.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Aceitando que a colocação do deputado Vitor é uma questão importante, mas, veja bem, as informações que estamos trabalhando aqui são da LDO, e estão na página 35 da LDO, são 16 setores que estão e tem exoneração fiscal e não sabemos de quando é essa exoneração. E é da provisória de 15 bilhões de exoneração, e, foi para 20 bilhões e 600 e tudo sobre sigilo fiscal. Como é que o governo de um Estado na hora que faz uma renúncia fiscal para exonerar um setor, e, para dar renúncia, isso tem que ser público e claro para a sociedade. E eu me baseio muito nas exonerações que foram feitas do governo Dilma, porque lá foi negociado e era repassado a sociedade. Quando se reduzia 6% do IPI em um automóvel, os 6% eram repassados para a sociedade.

O preço do carro caía em 6% e vinha discriminado, isso está na página 35 da LDO e o secretário é de carreira. Hoje embora tenha pouco tempo, quero cumprimentá-lo, mas, está na LDO deputado Vitor, e, por essa questão a pertinência da pergunta e a importância dela.

**O SR.** - Me deixa fazer um aparte? O secretário da Fazenda é da área tributária, e, o que V. Exa. está levantando da LDO é na parte financeira. Por mais competente que seja a Fazenda, ela é tão complexa, que por mais competente que alguém da CAT e de administração tributária não tem condições. Eu estou totalmente de acordo com a

indagação do deputado Tatto. Eu acho que é cabível, agora, por mais competente que o cara possa ser, em dez dias não tem a mínima condição de responder.

Então dentro desse quadro eu endosso até se o deputado Enio Tatto fizer a pergunta eu assino junto com ele.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** -Vamos deixar o secretário nesse momento responder. E diante da resposta Vs. Exas. podem indagar qualquer coisa. Secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Enio Tatto, eu agradeço novamente as duas perguntas. E o que me faltar de números eu de alguma forma faço chegar ao conhecimento dessa Casa. Mas, dividindo na primeira que falávamos da PEC e dos efeitos, eu queria ressaltar e reforçar que enquanto membro do Poder Executivo e gestor, eu devo respeito total ao Poder Legislativo. As propostas, a análise da pertinência ou não de aumentos salariais cabe integralmente as senhoras e senhores, com todo o respeito que tenho aos senhores. Eu só queria... Volta ali um pouquinho no teto...

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - ... Secretário, desculpe, não quero ser chato, mas já sendo...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - ... Deputado, deixa o secretário terminar o raciocínio.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** - Só em cima disso, pode descontar do meu tempo, mas, quando um governo dá uma resposta igual à que ele deu hoje dos meios de comunicação do Brasil todo, ele não dá uma resposta dessa sem consultar ao secretário da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Deputado Enio Tatto, com a palavra está o secretário, por gentileza, gostaria que respeite a todos os deputados, por favor.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – O que cabe a Secretaria da Fazenda e ao secretário da Fazenda em resposta ao que o senhor colocou de qual é a orientação ou qual é a resposta que o secretário da Fazenda deve dar ao governador e que parece que essa é a resposta que nós damos, lá em 2016 se tivéssemos dado o aumento de salário teríamos estourado o limite, e os aumentos de salário dados em 2017 para vigorar em 2018, e são resultados como já coloquei na apresentação daquela folga que conseguimos na gestão das contas.

Em 2016 o Estado enfrentou uma crise colossal, monumental, da perde de 8,6% se eu não estou enganado em sua receita real. Imagine um orçamento doméstico com 8,6% de um dia para o outro ou de uma no para o outro e em que a família tem que se adequar, alguém vai ter que ficar sem ir ao cinema, escola. Então o que o secretário da Fazenda informa ao governador do Estado de São Paulo é isso. É o que inclusive o que eu trago ao conhecimento dos senhores e senhoras.

Em 2017 criou-se uma folga que veio da competência da gestão anterior, e, aqui eu lembro também que em 2017 eu nesse momento apresento as contas que eu ajudei enquanto coordenador da administração tributária, mas, não enquanto secretário da Fazenda. O mérito do aumento salarial não cabe ao Poder Legislativo, com todo o respeito que o Poder Executivo deve ter na independência dos poderes ainda que elas sejam harmônicas e complementares. Portanto, o mérito não cabe a mim opinar, cabe a mim informar e essa foi a informação dada e orientar.

Com relação a renúncia fiscal, é um tema extremamente polêmico, não só no Estado de São Paulo como no Brasil inteiro e eu gostaria de historiar um pouquinho para poder responder à pergunta que o senhor fez. Em agosto de 2017 foi aprovada a lei complementar 160, que é da convalidação dos benefícios fiscais, uma lei complementar e federal, que convalidou ou melhor dizendo, que disciplinou a forma de convalidação dos benefícios fiscais em todo o país.

Em 15 de dezembro de 2017 eu tive o desprazer de participar da reunião do CONFAZ que aprovou o convênio que foi previsto na lei complementar 160 e que virou o convênio de ICMS 190 de 2017, e, que aí sim disciplinou a todas as regras para a convalidação dos benefícios fiscais dados no país todo. Benefício fiscal que é um tema polêmico porque o Brasil inteiro deu, visando retirar investimentos do Estado de São Paulo, basicamente, e, principalmente, benefícios fiscais dados pelo país inteiro de forma irresponsável em minha opinião, e, que ninguém saberia quais eram, todos de gaveta, dados fora.

Na tentativa de roubar, literalmente, investimentos, empresas ou negócios, riqueza e empregos do Estado de São Paulo. O Estado de São Paulo promulgou uma lei e aí vai me faltar, 2008 ou 2007, que previa e como eu disse, faltando as informações corretas nós fazemos chegar ao seu conhecimento. A lei que previa a concessão reativa de benefícios fiscais dados pelo Estado de São Paulo. Reativas no momento em que se percebia que um benefício fiscal dado em outro Estado tinha como objetivo atacar a indústria paulista, ou ainda que não diretamente ataca-la, mas, que repercutisse negativamente em nossa indústria e que o Estado de São Paulo poderia conceder esses benefícios.

Todos os benefícios fiscais dados pelo Estado de São Paulo foram dados por decreto ou por lei, mas, basicamente por decreto, portanto, públicos. Esse convênio 190 de dezembro de 2017 prevê entre suas etapas, a primeira delas a publicação no portal da transparência também criado pela lei, e, de todas os atos normativos concessivos, portanto, todas as leis, decretos, estão listados públicos desde março de 2018.

Na verdade, desde 2018, em março, eu quero dizer compilados em um lugar só. Porque desde dados, em 1970, se eu não estou enganado, o primeiro deles que eu me lembro, são decretos ou decreto lei em 1970, todos eles públicos, portanto, há uma transparência absoluta. O que acontece hoje é que além da transparência dada em atos individuais, hoje eles estão todos compilados em um portal só. Portanto, todo o benefício fiscal dado por São Paulo é público e reativo, dado em reação a um benefício fiscal dado fora daqui. Quando se fala e aí efetivamente em termos contábeis a LDO previu 21.6 bilhões de reais de renúncia, é isso? Mas, esses 21.6% são contábeis, e o que eu quero dizer com contábeis?

Nós analisamos quanto seria de arrecadação se a carga tributária fosse completa. E é isso que a LDO prevê e é isso que as normas contábeis preveem. Agora se formos imaginar que o benefício fiscal não dado negaria a possibilidade de o negócio continuar no Estado de São Paulo, a perda de arrecadação não é de 21 bilhões de reais, existem algumas que inclusive são negativas, e, quedas negativas. Quer dizer, o benefício fiscal causou o aumento de arrecadação.

Cada um dos benefícios fiscais é analisado pelo corpo técnico da Secretaria da Fazenda, e há processos que analisam a todos os impactos e isso tudo é público. O que acontece é que até dezembro de 2017 vivíamos uma guerra fiscal. Cada ato publicado e cada estudo feito no Estado de São Paulo era copiado pelos estados lindeiros, e às vezes nem só os lindeiros, que bem de longe também nos copiavam. E usavam as informações



públicas que o Estado de São Paulo sempre deu para traçar a estratégia de ataque ao Estado de São Paulo.

Portanto, a renúncia fiscal em primeiro lugar não é real em termos efetivos não é de 21 bilhões de reais. Se no dia de amanhã revogássemos a todos os benefícios fiscais provavelmente aniquilaríamos a indústria paulista em vários setores, portanto, esses 21 bilhões de reais ainda que orçamentariamente colocados e contabilmente apurados, eles não são reais e efetivos. Nunca receberemos esses 21 bilhões de reais enquanto a guerra fiscal não acabar.

E, como ela acaba? Com uma reforma tributária, que jogue o ICMS inteiramente ao Estado de consumo e de destino. Nesse momento aí sim se dermos renúncia fiscal é porque efetivamente estamos abrindo mão de receita por qualquer motivo, porque queremos incentivar o gás de cozinha, o pãozinho, a indústria têxtil. Vamos estudar o incentivo a uma indústria que seja do interesse do Estado de São Paulo. Hoje a estratégia é reativa, é para mantermos aqui em São Paulo, indústria, emprego e arrecadação de impostos.

Principalmente o emprego e que eu sei que é uma preocupação absolutamente justa do Partido dos Trabalhadores sempre, portanto, a renúncia fiscal é isso que eu tenho a colocar, mais um detalhe importante. O senhor colocou da renúncia para o setor de comunicação. E aí o senhor citou o “Globo”, “SBT”, é importante colocarmos que quando falamos de setores para fins de ICMS, o setor de comunicação não são os meios de comunicação, são os serviços de comunicação pagos, ou seja, telefonia, temos uma briga agora grande por streaming, e download de softwares, mas, basicamente o que se refere a comunicação é telefonia de voz e de dados.

A “Globo”, “SBT” e etcetera não pagam ICMS. Portanto, não há renúncia, é serviço, mas não é pago por quem assiste à TV, portanto, não é um fato gerador e não é base de incidência. Mercadorias e serviços de comunicação é quando ele é oneroso, portanto, o senhor quando faz uma ligação paga por ela. Há um fato gerador do ICMS. Quando o senhor assiste a televisão e ela não paga porque o espectador não está pagando e comprando esse serviço e a TV fechada já é diferente, ela paga. Portanto, o benefício fiscal relacionado aos meios de comunicação se referem a comunicação de voz e dados.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** O tempo do deputado Enio Tatto já ultrapassou os dez minutos, tenho que passar deputado, senão

não dá tempo nem de todos os deputados falarem. Com a palavra o deputado Roberto Massafra. Tempo regimental.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - Boa tarde, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Só me desculpe deputado, mas, registrar a presença do líder do PSDB, o deputado Marco Vinholi, que está aqui presente, e também está se inscrevendo.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - Eu queria cumprimentar a todos os meus colegas e companheiros, cumprimentar ao Luiz Cláudio que é o novo secretário da Fazenda, e que ele é o novo secretário, mas está a bastante tempo e tem dado a demonstração de competência muito grande aonde trabalhou. E, eu queria apenas esclarecer que a PEC5, a bancada do PSDB em dezembro de 20 deputados, 16 assinaram a autorização para que eu endossasse o pedido.

A partir daí em janeiro foi férias, fevereiro, e, foi aprovada em primeira votação e ontem em segunda. Então, para nós quem foi favorável, quem assinou permitiu que chegasse aqui e ontem que fosse aprovado com 67 votos e alguns contrários. Então, eu acho que a bancada do PSDB quando eu era líder me autorizou a endossar a PEC e eu assinei ela com muita convicção porque há anos eu tenho pedido ao governador Serra que aumentasse um pouco o seu salário que estava congelado porque lá em São Carlos, na Universidade Federal eles roubavam os professores da USP, e com um salário muito maior.

Eu estava vendo uma drenagem de cérebros de um lado para o outro, fora que os que estavam indo embora do Brasil por causa de salários, então é uma vergonha. Da mesma forma os pesquisadores científicos do Estado, do Instituto Agrônomo, etecetera, dentro dessas limitações. Para aquele que trabalha e o que não rouba, eu vejo uma grande diferença entre um salário de 20 mil e 30 mil, eu acho que é merecido, principalmente porque no Estado de São Paulo todo o judiciário, Ministério Público já recebem esse teto.

Então é uma desigualdade gritante, e que machuca. Pedi ao Serra toda vez quando vinha a proposta orçamentária, “vamos aumentar 10% o seu salário”, “não”. E aí entrou o Geraldo Alckmin em 2010, e ficou quase oito anos. Todo ano quando vinha a proposta orçamentária eu pessoalmente ia pedir, “vamos dar um aumento no seu

salário?”, “não”. O ano passado quando veio a proposta de aumento o salário do governador congelado em 20 mil e o desembargador com 30 e a Universidade Federal com 30 e todos. Eu pedi novamente ao governador, “me deixe aumentar em 20% o seu salário”, e ele falou, “eu não vou deixar, não quero”, está bom.

Fui a bancada e 16 membros da bancada autorizaram que eu assinasse, então eu assinei com convicção e eu acho justo. Porque é uma medida que está retendo cérebros nesse país. Pesquisadores científicos, professores universitários, eu sempre brinquei com o pessoal da Fazenda que vinha aqui dizendo, “eu sou favorável a isso e não por vocês, mas, pelas universidades e pesquisadores”. Foi com muita honra que eu assinei essa PEC, defendi ontem e votei. Agora os efeitos estão previstos, e o nosso orçamento em pouco tempo cobre qualquer despesa daqui a quatro anos.

Qualquer atividade mais reforçada de fiscalização e esse ano aprovamos o PLC25 que deu poderes para gerenciar melhor as empresas para a Secretaria da Fazenda. Eu tenho certeza de em São Paulo vai se corresponder. Também eu queria falar um pouco sobre a questão da desoneração. É uma coisa muito controversa, temos a Lei Kandir, por exemplo, que fala que quando se exporta a empresa exportadora fica com o crédito de todas os impostos que pagou internamente, ICM, etcetera, ficam com esses créditos.

Ao exportar ela se credita e o Estado devolve o ICM das empresas exportadoras. Quando o dólar está barato as importações aumentam muito, um dólar, dois reais, compramos tudo que for possível da China, da Índia e de aonde for, e ao entrarmos no Brasil se paga o ICMS e então a Fazenda fica contente, porque aumenta a sua receita. Mas na hora em que o dólar passa dos três reais como está hoje, em 3,70. Compete as empresas exportarem. Aliás, o que tem ajudado a salvar a economia do Brasil é o aumento das exportações, e, ao exportar com o dólar em 3,70, o grande volume de recursos que fica na mão do exportador é o Estado que é obrigado a reembolsar por Lei Federal, não é estadual.

Então esse é um pequeno detalhe. E eu queria contar um caso curioso, a empresa Randon de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul faturava quatro bilhões por ano, e, desses, dois bilhões ela vendia em São Paulo. Ela pagava 12% de imposto no Rio Grande do Sul, e para entrar em São Paulo pagava 8% de dois bilhões, dava 60 milhões de imposto que gerava dentro do Estado de São Paulo. Ao trazer uma indústria para o Estado de São Paulo da Randon, o nosso governador, Geraldo Alckmin, deu para ela

uma redução e ao invés de pagar 18% de ICM, foi 12% sobre dois bilhões, dá 240 milhões por ano de imposto para o Estado.

Quando ele recebia 160, então um acréscimo de receita de 80 milhões para o Estado ao trazer uma empresa para cá. Da mesma forma nós estamos sofrendo com o inverso, é um problema que temos acompanhado muito de perto, por exemplo, a empresa de Matão, Predilecta, ela fatura quase um bilhão por ano com sucos de tomates, goiabadas, e ela orienta aos agricultores a plantarem, a produzirem, e ela processa, faz e vende no Estado.

Outros estados que eu cito, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, estão chamando esses produtores lá, e, porque é isenta de qualquer tipo de imposto, e, está fazendo com que eles levem as fábricas de São Paulo para lá aonde eles ficarão isentos desse imposto porque estão gerando trabalhos na agricultura e mão de obra. Movimentando a economia local. E ao mesmo tempo o produto deles de lá, para vir para São Paulo só vai pagar 8% de imposto, e então essa guerra fiscal é muito danosa ao estado e para nós.

Então, secretário, eu queria cumprimentar e fazer somente uma pergunta, qual é a perspectiva dessa guerra fiscal que estamos enfrentando com todos os estados? Qual é na sua ótica e experiência nessa área, o que nos aguarda exatamente nessa guerra?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado, agradeço as suas colocações, a guerra fiscal venceu uma etapa importante agora que é a convalidação que é a publicação, a publicidade de todos os atos e aí deputado Enio Tatto, me ocorreu agora, a próxima etapa é a publicação do que chamamos de atos concessivos. E aí sim são os atos individuais dos dados para cada empresa...

**O SR.** - ... Secretário, quem não publicou não há nenhuma possibilidade de ter mais algum benefício?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Não.

**O SR.** - Nenhum estado?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Nenhum estado.

**O SR.** - Quem não publicou o benefício ele não pode...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... Vamos lá, a pergunta é complexa. Até pode. Deixa eu terminar. Deputado, para o senhor ter uma ideia dos atos concessivos do Estado de São Paulo que vai publicar 74 ou 78 linhas, eu não me recordo bem. Em Minas Gerais estimamos que vamos publicar dez mil linhas. Portanto, eles têm dez mil atos concessivos a serem publicados, e, se não forem os estados, e os outros de São Paulo inclusive poderão glosar dos créditos que deixam de serem legítimos e podem ser questionados.

As etapas de publicação são em março os atos normativos e em junho os atos concessivos e há uma repescagem, um tempo e eu me recordo de dezembro, se eu não estou enganado para publicar o que se esqueceu de se publicar antes e dali para a frente acabou-se. E o que é possível fazer, só é um estado copiar, chamamos de cola, de colar o benefício fiscal dado por outro estado da mesma região. Portanto, o estado de São Paulo poderia se for do interesse e após os estudos entendermos que o benefício vigente em Minas, Rio ou Espírito Santo continua atacando a indústria paulista e que poderíamos copiar um benefício fiscal só dos estados vizinhos.

Portanto, São Paulo continua com dificuldades com o Paraná, Rio Grande do Sul, com Santa Catarina, com Goiás, que é o Estado mais guerreiro da Federação. E os estados do Nordeste. Portanto, indo na linha do que o deputado Massafera me perguntou, qual é a perspectiva? Vencida essa fase e essa acomodação dos benefícios divulgados, publicados, publicizados e convalidados aí a indústria irá se adequar.

O Estado de São Paulo continua com a estratégia de não conceder benefícios fiscais ao menos que a indústria esteja morrendo e sofrendo. O que nós apostamos muito é na modernização do fisco, em dar competitividade à indústria paulista por meio de uma boa prestação de serviços da área tributária. Devolução dos impostos e créditos, por exemplo, com rapidez, abertura da empresa com rapidez, a classificação dos contribuintes que vieram na esteira da lei 1.320 do programa nos conformes, portanto, o que é essa classificação? Nós por critérios objetivos ranqueamos e classificamos, damos uma nota para cada contribuinte, e com os bons contribuintes, aliás, que terão acesso a procedimentos simplificados, a um menor custo Brasil, como eu disse, vamos arrecadar sem atrapalhar.

Aos bons contribuintes arrecadarão e pagarão e não serão atrapalhados em sua atividade e em seu custo de compliance, de conformidade. A estratégia que nós vislumbramos a médio e longo prazo é essa, é tornar a administração tributária cada vez mais eficiente, atrapalhando menos e o ambiente de negócios do Estado de São Paulo

que já tem infraestrutura e já tem estradas, mão de obra e que já tem universidade, possa se desenvolver com o fisco não atrapalhando.

O que eu tenho certeza de que ao não atrapalhar já damos uma vantagem competitiva enorme. Deputado Carlão Pignatari, esqueci de lhe responde à questão da PEC e do impacto e o deputado Enio Tatto também perguntou. O primeiro ano tivemos um estudo que falava em 13 milhões de reais, e, só que houve um aumento de 13,5 e esse impacto do primeiro ano não existe. O segundo ano, 298 milhões. O terceiro ano, 625 milhões, quarto ano, 909 milhões.

Portanto, apenas do quarto ano, portanto, daqui a 37 meses começaríamos o impacto de 909 milhões de reais. Esse é o impacto da PEC...

**O SR.** - ... Talvez se o governo desse uma explicação dessas ficaria mais fácil.

**O SR.** – Só uma dúvida...

**O SR.** – ... Só uma dúvida.

**O SR.** – Sobre essa questão do impacto, isso considerando que o Supremo não faça a alteração de salários.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Sem dúvidas. Isso levando-se em consideração o salário atual do Supremo e sem eventual aumento do judiciário. Há 900 milhões de reais que daqui a 37 meses se inicia.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Tem três minutos deputado.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - Só para...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - ... Para dar continuidade.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - No quarto teremos uma despesa de 900 e pouco...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... No quarto ano 909 milhões de reais. Se somarmos todo o impacto ao longo desses três anos, dos mais ou menos 300 mais 600, mais 900 daria um bilhão e 800 ao longo dos quatro anos.

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - Mas, estão incluídas as universidades que tem orçamento e recursos próprios. No meu conceito deveria estar fora a universidade porque ela não vai onerar aumento ao Estado. Ela vai ter que se virar dentro do seu orçamento para enfrentar isso aí.

**O SR.** - Deputado Massaferra, daria 30 segundos do seu precioso tempo?

**O SR. ROBERTO MASSAFERA – PSDB** - Faça o favor.

**O SR.** – O senhor colocou um exemplo importante inclusive da empresa de Caxias do Sul, eu sou de lá. Mas, é um absurdo tão grande que semana passada eu consegui marcar uma reunião com o governador Márcio França, na cidade de Ilha Solteira, para tratar da hidrelétrica. É um absurdo que o estado de São Paulo por um descuido principalmente dos senadores e do governo perdeu o ICMS da hidrelétrica de Ilha Solteira, simplesmente por uma jogada de Mato Grosso do Sul que foi mais esperto e inteligente, e que conseguiu transferir o CNPJ para eles.

A cidade toda se levantou, não sei se o secretário participou dessa reunião, e, vieram fazer a reunião para tentar recuperar o ICMS e outros impostos que cabiam a São Paulo e que perdeu. E isso em inúmeras empresas, muitas vezes que saíram do Estado de São Paulo e que pagam o ICMS em outro lugar. Porque não tem jeito, tem que se falar da administração. E o estado de São Paulo é de 220 bilhões. O segundo orçamento não chega a 60 bilhões.

Então o estado de São Paulo tem que ser singular em tudo. Tem que ser um condutor. Secretário, eu estou aqui na Assembleia Legislativa e passou por aqui o Mauro Ricardo, o Nakano, o Guardia que hoje é o secretário da Fazenda, o japonês, o Takeshi, ministro. E eu sempre falei diversas vezes que o estado de São Paulo quando se entra no CONFAZ para se negociar com outros secretários de estado tem que ter um pouco mais de pujança, malícia. Competência tem.

**O SR.** - Deputado, me dá um aparte. Assinamos um convênio dando...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB - ...** Quem tem aparte do deputado...

**O SR.** - ... A Brasília a condição de ser banhada pelo mar. Ela é banhada pelo mar a prefeito de crédito, é mentira?

**O SR.** - Um aparte Massafera.

**O SR.** - Não é questão de massacrar os outros estados, tem que ajudar. O estado de São Paulo foi construído por todos os brasileiros, mas, tem que se ter competência na negociação e fazer prevalecer também a força do Estado de São Paulo.

**O SR.** - Deputado...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB - ...** O aparte é do deputado Roberto Massafera.

**O SR.** - Porque sobre essa questão de ilha solteira eu tive a oportunidade de acompanhar um pouco essa discussão também lá porque a cidade se mobilizou e eu gostaria que o secretário pudesse dar uma explicação sobre isso porque a realidade não é essa. Houve a mudança do CNPJ, e, houve a mudança da sede, mas, o estado de São Paulo não perdeu. Então eu gostaria que o secretário pudesse realmente explicar isso, porque é uma questão importante.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** Se esgotou também o tempo do deputado Roberto Massafera. Secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO –** Deputado Enio Tatto, com relação à questão de ilha solteira, na verdade, o imposto da energia elétrica são assim como dos combustíveis derivados de petróleo, que cabem integralmente ao estado aonde o produto é consumido. No nosso entender e de todos os técnicos, essa é a regra mais justa, justamente porque ela acaba com a guerra fiscal.



Como eu coloquei anteriormente. Portanto, a energia elétrica produzida na ilha solteira e o ICMS dela caberá aonde a lâmpada for acesa. E aí o sistema elétrico brasileiro hoje é todo interligado, e, portanto, não há como se vincular de onde sai a energia e de onde ela é consumida, saiu de ilha solteira, caiu na malha e ela foi para o Acre, Amapá e etcetera. Portanto, todo o ICMS cabe ao estado de destino, estado aonde ela é consumida e no caso de ilha solteira, portanto, o fato do CNPJ ter saído de São Paulo e ter ido para o Mato Grosso do Sul para fins de arrecadação do ICMS para o estado de São Paulo é absolutamente irrelevante, aquela energia consumida e produzida em ilha solteira que foi consumida em São Paulo pagou o ICMS para cá e a que foi para o Mato Grosso do Sul ou para Acre, foi paga nos Estados respectivos.

O que aconteceu em ilha solteira foi que ao perder o CNPJ ela perdeu a participação na repartição do ICMS. Ela perdeu o que chamamos de DIPAM. Que é a declaração de participação dos municípios. É como se o município de ilha solteira tivesse perdido a participação daquela energia elétrica no compito geral do ICMS do estado. O que o estado de São Paulo fez? A Secretaria da Fazenda, a coordenadoria da administração tributária?

Foi considerar já que houve a transferência para o Mato Grosso do Sul e foi considerar que ilha solteira continuava produzindo aquela energia elétrica da empresa que estava do outro lado do rio. A barragem encosta dos dois lados. Portanto, a solução para ilha solteira está dada. Assim como todas as usinas hidrelétricas que estão nas fronteiras do estado de São Paulo e todas elas têm a mesma solução.

Nós criamos um ajuste na DIPAM de como se o CNPJ continuasse aqui. Portanto, para o Estado de São Paulo como um todo o ICMS como um todo não mudou. E para o município de ilha solteira em específico ela continua participando do bolo total cabendo a ela a participação que ela teria se a usina continuasse, e o CNPJ da usina em seu município.

**O SR.** - Secretário, a única redução, se fosse retirar o ICMS da DIPAM da ilha, ela cairia para 0,08 e ela está com 0,14 e alguma coisa, era 0,15, e foi até 0,16. Mas, isso pelo valor de energia que era gerado a época. E com a redução, o seu valor adicionado diminuiu de todos os estados. Então a ilha foi solucionada. O pior é Andradina e Pereira Barreto que tiraram o CNPJ daqui e jogaram para o lado de lá. Então se tirou 15 milhões de ICM em um município e jogou para o outro, isso foi o pior, e, foi feito pelo Ministério de Minas e Energia.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado, a segunda pergunta que foi em relação ao CONFAZ, e a posição e a atitude que São Paulo tem no CONFAZ, São Paulo sempre teve uma atitude e uma postura ativa no CONFAZ, tanto que para qualquer benefício fiscal e aprovação tem que ser aprovado por unanimidade. E até está tido com um dos fatores da guerra fiscal. Já que a unanimidade é impossível de se conseguir e os estados foram à revelia do CONFAZ e concedendo os benefícios fiscais e legais.

No caso específico da convalidação o estado de São Paulo conseguiu segurar essa convalidação por uns 20 anos. Segurando no peito e na raça. Só que fomos atropelados por uma lei complementar, eu não vou me recordar o quórum, mas foi algo como 400 a dez. Até alguns deputados paulistas acabaram votando pela convalidação também. Portanto, era impossível segurar, São Paulo com toda a habilidade, altivez que se coloca no CONFAZ, é difícil, quando jogávamos bola chamávamos de nós contra a rapa, contra o resto do país inteiro.

E não se consegue segurar, agora, tanto é que quando queremos aprovar alguma coisa, em via de regra São Paulo articula com outros estados e a proposta é feita por outro estado. Temos estados parceiros, Minas Gerais, Paraná que nos auxiliam, e, auxiliam com muita categoria nisso, às vezes até no Nordeste, quando queremos apresentar alguma proposta que é do interesse da maior parte dos estados para que não manchemos a proposta pedimos para que alguém faça.

Portanto, há uma articulação, o estado de São Paulo pode melhorar e sempre pode, podemos ser mais articulados, mas, o estado tem uma postura extremamente competente no CONFAZ. Eu queria aproveitar e colocar que essa competência como eu disse, não vem da minha pessoa, e temos uma equipe extremamente competente, e eu queria colocar alguns se vocês me permitirem apresentar, o Gustavo, nosso coordenador da administração tributária. E a Cláudia Romano, nossa coordenadora da administração financeira, o André Grotti que é da assessoria de política tributária, o Marcos Fernandes que é o nosso assessor parlamentar e conhecido de todos.

Temos alguns colegas, delegados regionais tributários, temos diretores, então o corpo técnico da Secretaria da Fazenda, e que está aqui presente para me auxiliar e orientar quando a resposta não vem, portanto, nós temos uma qualidade no trabalho, técnica.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Com a palavra, o deputado Orçando Bolçone. Tempo regimental de dez minutos.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB** – Primeiro, Sr. Presidente quero agradecer até a forma como o senhor vem conduzindo de forma extremamente democrática e que possibilitou o diálogo e isso em função do próprio secretário. Eu começo cumprimentando ao secretário e tenho que fazer um registro de que o governador Márcio França foi muito feliz ao romper com a própria parte histórica do estado de São Paulo visto que pela primeira vez um servidor de carreira da Secretaria da Fazenda foi galgado ao mais alto posto dentro da própria Secretaria.

Eu tenho certeza de como o senhor muito bem fez questão de como conhecemos bem também e de apresentar e enaltecer a sua equipe e Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo e eu tenho a certeza e convicção de que é sem demérito as outras a mais bem preparada, os seus técnicos, do país tanto aqui quanto em suas delegacias regionais. Pelo próprio processo seletivo, e, que eu acho que ganha muito nesse momento e com a motivação de uma liderança e o senhor além de servidor e técnico, o senhor era uma liderança de uma forma peculiar de liderar e serena, tranquila, mas firme, e conseguindo na Casa que através do diálogo tivéssemos a aprovação de uma legislação que em nosso modo de ver moderniza a legislação do estado de São Paulo.

E colocando a licitação tributária e uma das mais desenvolvidas entre os países. Desenvolvida no mundo. Quero fazer um registro especial Sr. Secretário que o senhor tem e que a Secretaria da Fazenda tem, o maior dos patrimônios que uma pessoa ou instituição pode ter, o maior patrimônio que é a confiança. É essa confiança que o estado de São Paulo tem na Secretaria da Fazenda e em todos os seus servidores, e a certeza de que o compromisso que V. Exa. assume aqui, mas por seus próprios atos de todos os delegados e servidores, assumem com o estado de São Paulo para ser um exemplo para o país.

Eu quero falar rapidamente, que foi bem esgotado o tema aqui. Mas, eu quero falar também de futuro. A primeira que eu quero deixar fazer um registro aproveitando a presença do nobre deputado Vitor Sapienza que em 2011 criamos na Casa e participou também o deputado Davi Zaia de um grupo e ouvimos ao secretário Nelson Barbosa, e o professor Ivis Gandra, Nelson Machado, os maiores especialistas à época dando sugestões para que se findasse a guerra fiscal a partir do exemplo de São Paulo.

Não logramos isso. Mas, eu acho que avançamos. A Assembleia Legislativa teve um papel fundamental acredito também deputado Vitor Sapienza que à época acompanhava, deputado Davi Zaia e Enio Tatto que não está aqui presente, com relação a renegociação da dívida dos estados e municípios, e eu acredito e até gostaria que o senhor tivesse, não é o assunto tema do momento, mas se tivesse números mesmo que não fossem exatos e que pudessem informar o impacto que teve a mudança do indicador.

Antes se utilizava o IPC, e na correção da dívida, do indicador de correção e depois a utilização do IPCA. E podem ser números aproximados. E que deu, por exemplo, ao município de São Paulo e a possibilidade de aumentar os seus investimentos em quatro bilhões de reais. Então esse eu posso citar como um exemplo de recursos que de forma inteligente e que foi conduzida muito pelo pela Secretaria da Fazenda e esse já era quase um ativo que nós servidores da Secretaria da Fazenda tínhamos.

Então é uma contribuição e que eu acho que é importante registrar que foi o que possibilitou inclusive uma condução da execução fiscal e financeira. Mas, eu quero deixar só duas questões, uma com relação à dívida futura e preocupação com os empréstimos contratados em dólar. Então a oscilação e que tipo de impacto se pode ter tanto no orçamento quanto na condução financeira do estado de São Paulo. Que parte da dívida está sendo contratada em dólares. Outra questão com relação ao rating, temos uma capacidade de endividamento que estudávamos com o deputado Davi Zaia a pouco que perto de 50 bilhões e porque mesmo empresas especializadas e internacionais estando se eu não estiver enganado...

Por exemplo, tinha-se um rating melhor do que o Governo Federal é avaliado pelo estado de São Paulo. Como é que não se consegue vencer isso? Esse rating e essa taxa vai fazer com que ele limite a nossa capacidade de obtenção de recursos. E, finalmente secretário, eu ia pedir que pudesse e que fizesse e nos comunicasse algumas estratégias do que pretende fazer para poder darmos uma resposta imediata e uma participação maior na economia do estado e diminuindo as diferenças sociais e por aí vai, mas, eu prefiro deixar o meu 16 dias, mas para alguns meses depois para quando o senhor vier já fazer a avaliação do primeiro quadrimestre e deixar o registro da nossa confiança total, integral dessa que eu tenho certeza, dessa Casa em sua grande maioria.

A maioria esmagadora e que é a confiança do povo paulista que pode ter certeza. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Só gostaria antes, Sr. Secretário, de registrar a presença do deputado Marcos Martins e também encerrar as inscrições devido como já todos os deputados estão inscritos que estão presentes nesse momento. Então estamos encerrando as inscrições. Com a palavra o secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Orlando Bolçone é um prazer me dirigir ao senhor, colega e agente fiscal de rendas, eu agradeço a confiança que o senhor deposita e expressa. Eu reafirmo o compromisso de trabalharmos muito também motivando a nossa equipe a trabalhar e apresentar os resultados que a Secretaria da Fazenda tem plenas condições de apresentar. O senhor colocou algumas perguntas e talvez eu tenha perdido alguma. O senhor falou da renegociação da dívida e a alteração do critério e impacto.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB** – O que São Paulo pode ter ganho com isso nas prestações anuais, e do rating o quanto que ele atrapalha...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... O rating, e o senhor falava da dívida.

**O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB** – Mais essa questão e do dólar, do impacto do dólar e suas oscilações no pagamento da dívida.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Com relação a renegociação da dívida e o ganho, não digo o ganho, mas a abertura que São Paulo conseguiu com essa renegociação totalizou 21.9 bilhões de reais divididos mais ou menos da seguinte forma, uma redução extraordinária da própria dívida em 11.5 bilhões, uma redução do serviço da dívida por conta do alongamento do prazo dela de 7,4 bilhões e o pagamento, me ajude Cláudia, por favor, essa rubrica. A mudança da tabela price que gerou mais três bilhões de reais, uma mudança para a tabela price. O que totalizou 21.9 bilhões de reais do total da dívida.

Com relação à dívida indexada em dólares, aproximadamente 9% da nossa dívida é indexada e nominada em dólares. O que obviamente com essa disparada do dólar impacta, mas, impacta em uma parcela muito pequeno e que não chega a

comprometer e prejudicar a solidez das contas ou qualquer coisa que o valha. Com relação ao rating havia ali em nosso entender, lógico, um critério utilizado pela União que era equivocado. E em geral é justamente o que o senhor colocou de empresas com situações e dívidas na proporção das suas receitas próximas ou similares ao Estado de São Paulo, e, que eram bem avaliadas e o próprio estado de São Paulo não era.

Me corrija se eu estiver errado, mas, isso acontecia aliás porque a própria União entendia como total da dívida o principal indicador de solvência, e não havia uma comparação entre a dívida e a receita, algo que para fins de solvência não tem sentido. Tanto não tem sentido que quando a União alterou o seu critério e o estado de São Paulo passou a ser bem ranqueado e voltou a ser bem ranqueado e em 2017 conseguimos fechar uma operação de financiamento que foi a que eu coloquei dos complexos hospitalares.

Portanto, São Paulo voltou com juros menores, e, ao mercado de crédito, se é que podemos colocar dessa forma. Com relação aos limites, São Paulo tem uma folga enorme para contratar operações de financiamento. Portanto, os limites colocados pelas leis de responsabilidade fiscal não são empecilhos pelo menos a curto prazo para o estado de São Paulo contratar mais empréstimos. Temos inclusive uma série de empréstimos sendo contratados, negociados, e, que devem proporcionar um ingresso de capital e de receitas para o investimento.

O importante também é colocar que esse necessariamente e as operações de crédito tem que ser aplicadas em investimentos e, portanto, há uma vinculação e o estado de São Paulo tem a condição de fazer isso e estamos fazendo isso. Em breve teremos mais contratações. Foi tudo? Obrigado, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** Próximo deputado é o Teonilio Barba.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT -** Obrigado, Presidente. Quero saudar a todos os presentes. Antes de fazer as perguntas fazer uma premissa, seria bom se o deputado Massafra estivesse aqui porque, na verdade, o problema da guerra fiscal é que ela se consolida com a carta de Ribeirão Preto em 1997, com o governo do Fernando Henrique Cardoso. Começa uma guerra, tenta-se se controlar e não consegue e ela se consolida em uma conferência. O tratado de Ribeirão Preto em 1997, ou 1998, não me lembro com precisão a data.

Na sua apresentação secretário, quero cumprimenta-lo por cumprir com seu papel constitucional, mas falta uma coisa, por exemplo, que aparecia nas apresentações dos secretários anteriores, que é exatamente o ICMS por setor econômico. Quando eu pego uma apresentação de 16 ou 17, atualizada. Mas da guerra fiscal, nós temos três tipos de indústria no Brasil, a indústria da construção civil, do agronegócio e de transformação. Em 1995 a arrecadação do ICMS dessas três indústrias no estado de São Paulo era de 53.6 e esse é o ICMS por setor.

Em agosto de 2016, se pegarmos agosto de 2017 vai estar lá que caímos de 53.6 para 32% com certeza eu tenho isso cravado na minha cabeça e que como eu vim da indústria eu discuto e gosto muito de discutir isso, então perdemos mais de 20 pontos percentuais na arrecadação do ICMS em relação à indústria e do que? Em função do Governo do Estado de São Paulo e desde a década de 90 a partir da abertura econômica que o Collor fez e fecharam-se muitas empresas no estado de São Paulo, teve uma quebradeira.

Mas, depois fecharam-se muitas empresas no estado de São Paulo em função da guerra fiscal, e, eu trabalhei em uma que quase fechou. E por exemplo, eu trabalhei na Ford por 25 anos, e foi discutido o seu fechamento. Eu não sou daqueles que é contra discutir a exoneração, a renúncia fiscal. Depende da contrapartida, quem é o beneficiário, se é para se gerar empregos, para gerar repasses da redução de custos do preço do produto final para a sociedade.

Então tem vários acordos e várias experiências feitas desde um acordo chamado de acordo histórico do setor automotivo de 1992, do qual eu fiz parte dessa negociação. Negociamos naquele momento como se tinha a renúncia do ICMS pelos estados se tinha que ter o consenso no CONFAZ senão não poderia se reduzir o ICMS no estado de São Paulo. Esse era um acordo de 30 meses. Ele ia de 1992 até 1995 desde que não houvesse nenhuma mudança econômica no país e houve uma mudança econômica que foi a criação da URV que depois se transforma no real.

Então a guerra fiscal ela vai se acentuando e vai, mas ela é muito intensa na década de 90 e no início dos anos 2000. Ela é intensa também, a Ford que foi feita na Bahia, e que era para ser feita no Rio Grande do Sul, ela não foi feita na Bahia porque no Rio Grande do Sul o governador é do PT, e não quis dar os mesmos benefícios que havia tido e que teve de cumprir. A posição política estava correta, mas do ponto de vista de defender o estado ele perdeu, a fábrica foi instalada na Bahia.

Quando o Massafera cita a questão da Randon, por exemplo, eu negocieei a vinda de uma unidade da Randon para ser construída, para quem não sabe, ela faz transformação nos caminhões, faz mudanças. Compra um caminhão normal, mas, se é a Coca-Cola, vai lá e quer o chassi dela rebaixado e eles cortam no meio e rebaixam, montam o terceiro eixo, uma porção de coisas, e ela faz a transformação. Eu negocieei para levar ela para produzir as mudanças, em uma negociação com a Ford para reduzir custos de produção da Ford.

Dentro da Ford ela ficou em um prédio por mais de três anos e depois acabou desmanchando o acordo não sei em função do que porque ela estava fora da fábrica. Então, o que eu fiz questão de resgatar, porque não aparece na sua apresentação essa arrecadação do ICMS e do setor, porque a coisa é mais grave do que nós pensamos. A indústria paulista, perdemos demais. Perdemos muito. Então para virar de 56.6 para 34% de arrecadação do ICMS a perda é muito grande.

No Brasil a indústria de transformação é pior ainda. A da transformação, construção civil e do agronegócio. Por que? Temos uma indústria que no ano passado foi de 11.1 a de transformação. E quando se soma mais ainda a indústria do agronegócio e mais a construção civil pula para 14 ou 14,5% no máximo. Para um país de 208 milhões de brasileiros. Vai sobrar o que no país? Setor de serviços, comércio, terceiro setor e os serviços públicos.

Isso não sustenta uma população de 208 milhões de habitantes, se não formos capazes de discutir, principalmente nessa Casa em que se não se faz esse debate. A questão da indústria paulista e aqui no Estado de São Paulo, mas também no Brasil, porque eu acho que o estado de São Paulo tem condições de liderar esse debate. E para liderar esse debate, ele tem que liderar o debate de uma reforma tributária. O estado de São Paulo não está cumprindo com o papel que deveria cumprir nos 25 anos de governo do PSDB.

Quem tem que liderar o debate da reforma tributária é quem é mais forte. Se vai se cobrar na origem, outra parte no destino, ao final, como é que se faz a composição, se vira IVA, o que vira? Quem tem que lidar com esse debate é o estado de São Paulo. E a Fazenda do estado de São Paulo, junto com o governador que tem uma grande responsabilidade em fazer isso.

**O SR.** - Me dá um aparte?



**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Dou nobre deputado.

**O SR.** - Dentro da linha que V. Exa. está expondo muito bem, o sindicato dos fiscais de rendas estão promovendo um simpósio...

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - ... Que termina hoje.

**O SR.** - Está sabendo?

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Estou sabendo.

**O SR.** - Que está debatendo justamente isso, porque por mais que queiramos, com guerra fiscal não vai se ter armistício de jeito nenhum. É reforma tributária e acabou. Parabéns.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Então, a guerra fiscal só serve para as empresas montarem galpão, quem quiser ver o Brasil construído só em galpão, porque uma empresa para ser montada, vamos pegar uma montadora que eu conheço bem, com as autopeças, tem de se ter usinagem, estamparia, discutir a fabricação do produto, discutir a construção dele, e hoje nós somos montadores. Somos produtores, não somos construtores.

A caixa preta da Mercedes é discutida na Alemanha. A da Volkswagen também, a da Ford é nos Estados Unidos e por aí vai. Então eu acho que essa Assembleia Legislativa tem um papel importante. Mas, uma das perguntas, secretário, é exatamente comparando essa apresentação, é como o estado de São Paulo fazia, e o governador sendo indutor de economia para discutir e defender as indústrias no estado de São Paulo. Essa é a primeira pergunta.

A segunda questão que eu quero colocar o senhor respondeu quase que com precisão a questão do ICMS, mas não respondeu à pergunta mais importante que se tem. A pergunta mais importante é se nós do estado estamos fazendo renúncia fiscal e a sociedade tem que saber para quem estamos fazendo a renúncia fiscal. E a LDO de 2019 aponta a renúncia de 16 setores da economia aonde está assim na LDO, sigilo fiscal. Quais são esses setores?

Atividade de apoio a extração de minerais, a fabricação de produtos de madeira, manutenção e reparação de extração de máquinas e equipamentos, capacitação e tratamento de distribuição de água, descontaminação de outros serviços de gestão de resíduos, construção de edifícios, obras de infraestrutura, serviços especializados para a construção, transporte aquaviário, alojamento, atividades de serviços e tecnologia, atividade e serviços financeiros, pesquisas e desenvolvimento que eu acho que ninguém é contra esconder.

Por exemplo, eu defendo que em um investimento que uma empresa venha fazer no Brasil, na hora do investimento ele ganhe benefícios, não seja aplicada carga tributária sobre aquele investimento. A partir da produção do primeiro produto e aí se enquadra na lei de tributação do país. Então são 16 setores e eu sei talvez não se tenha isso na mão, mas está na LDO de 2019, por isso é que vamos insistir na pergunta, o porquê do sigilo fiscal.

Não tem cabimento, se um setor está sendo beneficiado, por que ele está sendo beneficiado e tendo sigilo fiscal? Porque se ele está garantindo, no mínimo uma coisa, estou sendo beneficiado e tenho uma renúncia fiscal aonde eu estou sendo beneficiado. Essa renúncia fiscal é de 3% e eu repasso o preço no produto para o consumidor, já é um ganho. Segunda coisa, se esses benefícios estão sendo feitos para a manutenção de empregos, não estou nem falando de admissão. Estou falando de manutenção de empregos, que é o primeiro acordo que nós fizemos em 1992.

As empresas poderiam demitir, mas elas teriam que manter o tipo de emprego, elas deveriam demitir um trabalhador que consideravam de baixa performance na linguagem deles ela tinha que recontratar, demitir dez e recontratava dez, só para encerrar.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Para concluir, obrigado.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Uma outra questão é que o senhor mostra uma evolução, deixa eu me achar aqui Presidente, muito rápido, de 8%, vamos chamar assim, na arrecadação. Mas, na verdade, se fez uma redução e não se teve o aumento das despesas, o aumento da sua despesa ficou 0.99, de 1%. E essa é a despesa líquida com pessoal, e isso é que mostra o crescimento da arrecadação da receita

corrente líquida. E a outra questão é que o teu concurso que só aumentou também, o concurso e pessoal em 1% e concurso total em 3%.

Então, tem que se deixar claro que aquela redução do limite que quase estourou em 2016 que foi de 46.10 e em 2017, para 43 é em função do arroxo salarial praticado pelo governo do estado de São Paulo. Por mais que tenhamos aprovado aqui 3,5%, 4% e 7% para um setor esse ano, isso não está contabilizado ainda. Esse negócio vai ser contabilizado no ano que vem, e, o que está contabilizado são os professores desde 2014 sem reajuste e até 2016.

A Polícia Militar e a Polícia Civil, o pessoal da saúde no estado de São Paulo, e então foi tudo em função desse arroxo que o senhor conseguiu ter essa margem e o estado não está endividado ainda e estamos hoje na casa dos 171% que o senhor apresentou. Então, secretário, eu gostaria que o senhor fosse muito claro e esse próximo governo em exercício.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Para concluir deputado.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Esse governo exercício aí, tem políticas para discutir a indústria no estado de São Paulo? Isso me preocupa muito. Não dá para um país e um estado igual ao do tamanho do estado de São Paulo ter apenas 30% do ICMS.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Para concluir deputado, devido a hora, por gentileza, obrigado.

**O SR.** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Pela ordem.

**O SR.** - Não poderíamos ouvir a todos os deputados que ainda tem perguntas e o secretário responderia ao final em um pacote isso, porque senão corremos o risco de não conseguirmos todos falarem.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Perfeito. Sim, não há problema algum.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - Presidente, pela ordem. Só em uma questão que eu gostaria que ele respondesse agora que é essa questão do sigilo dos 16 setores.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Deputado, já são quatro horas e 17 minutos...

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - ... Só essa questão para ela não embolar e ficar sem resposta, senão eu vou ser obrigado a pedir de novo para retomar. Porque eu acho que essa é uma resposta que interessa aos deputados e a sociedade como um todo.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Perfeito, mas, vamos registrar todas as perguntas, senão ficaremos sem resposta.

**O SR.** - Pela ordem, Presidente...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – ... Pediria...

**O SR.** - ... Só para registrar que a sessão está levantada até às 19. Mas, é importante que sejamos sucintos até para que todos possam maximizar o seu tempo.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Deputado Davi Zaia.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Presidente, quero agradecer a oportunidade e antes quero cumprimentar ao secretário. Antes de entrar justamente na questão da exposição do secretário, para registrar que o deputado Enio Tatto disse que o governo do estado não anota e disse que a Assembleia Legislativa foi responsável ao aprovar a PEC5, a nota do governo não fala isso, ela diz que considera injusto o aumento nessa proporção

de 21 mil 631 mil para 30 mil 471, pois privilegia os servidores que já são muito bem pagos e recebem o teto do funcionalismo.

Então, o governo do estado, o que está fazendo? Respeitando a Assembleia Legislativa e reconhecendo ela, está manifestando sua opinião, que, considera injusta e essa aprovação da PEC5, que é muito diferente de dizer que a Assembleia Legislativa foi irresponsável. Então, quero fazer esse registro. É injusto deputado, é uma questão de valor. Todos nós quando votamos qualquer questão estamos decidindo entre um seguimento e outro.

Então isso é muito diferente de dizer, a Assembleia Legislativa é irresponsável. Irresponsável está dizendo que está agindo de forma não séria, não correta. Injusta e dizendo que nesse momento deveria tomar outra decisão, mas respeita a decisão. Então, fazer esse registro para colocarmos as posições como elas devem ser colocadas. E, ainda na questão da PEC5, é importante registrar que de fato desde o começo da discussão a grande preocupação é que temos em função da Constituição Federal, que permite que os estados tenham dois e possam utilizar o teto do Supremo, o salário, ou o salário do governador.

É isso que está previsto na Constituição Federal. O Estado de São Paulo tinha optado pelo salário do governador, e isso tem gerado uma diferença dentro do próprio estado, porque se tem carreiras que por força do entendimento e se vinculam automaticamente ao teto do judiciário como é o caso do Ministério Público e como é o caso do próprio judiciário estadual. Mas, que está vinculado automaticamente ao teto do judiciário federal.

Carreiras como as dos fiscais, dos professores universitários, e como os militares, o topo da carreira dos militares que tem a vinculação ao salário do governador. Então isso gera um grave problema e o auditor fiscal que faz toda a diligência para encontrar uma irregularidade de alguém que está sonhando e que só pode ganhar 21 mil reais, e depois o procurador do estado que vai executar a ação e vai discutir isso na justiça porque ele só vai fazer isso, ele não descobriu que tinha algo errado, e, ele vai executar algo que foi constatado e que vai se munir, portanto, do trabalho do fiscal que se foi bem feito vai possibilitar que ele ganhe isso na justiça.

E, ganhando 30 mil reais. E o Vitor está colocando outras questões. Ao mesmo tempo temos a diferença com os outros estados que gera uma espécie de guerra fiscal de pessoal, porque aí os outros estados acabam levando funcionários que podem estar aqui e então por mais que a nossa receita de São Paulo seja e eu tenho certeza, uma honra

para todo mundo trabalhar lá, de repente um salário maior levará a que se faça uma opção para trabalhar na Fazenda do Acre. E por mais que a nossa USP e Unicamp sejam as melhores universidades do país, o professor universitário resolve fazer sua carreira na universidade de qualquer outro estado e em universidades que tenham não a mesma referência que tem a nossa USP, Unicamp ou Unesp.

Então esse é um problema que precisávamos resolver. Mas, também é importante olhar aquele quadro lá e ver que nós estamos a 3% ou 4%, 6% agora do limite prudencial que é de 49%, mas, a cada 1% porque eu vi o limite máximo de 49%, e o outro é de 46%. O prudencial é de 46,55 %. Então estamos a 3% do limite prudencial e que a cada 1% porque temos uma despesa de 65 bilhões, e a cada 1% acrescentamos 650 milhões da despesa da folha e então qualquer solução na receita corremos o risco de encostar novamente.

Essa é uma preocupação que todos devemos ter, porque a receita vai crescer e que vamos avançar, mas, as demandas aqui são constantes. E também para registrar rapidamente...

**O SR.** - ... Desculpa, não quero atrapalhar.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Pois não.

**O SR.** - Mas, diante da sua colocação, que eu acho razoável, eu acho que aprovar a PEC5 não foi injusto, então, se o governo usou a palavra que é uma injustiça. O estado de São Paulo tinha condições de aprovar assim como aprovar um pouco mais, tem margem para os demais funcionários.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Tem margem, mas se o senhor considerar que essa... O que eu estou dizendo aqui é que uma margem de 3% ela é praticamente nenhuma, porque seria do ponto de vista do governo, eu diria uma temeridade, ficar encostado no 46%, que é o limite prudencial. Pode chegar a 49. Essa que é a questão, a arrecadação pode aumentar e também pode cair. Nós assistimos três anos em que a arrecadação caiu.

Agora então, primeiro feita essa observação, que é perfeita a reivindicação de todos que lutaram para isso, mas, que é responsável a atitude daqueles que olham tudo isso com muita atenção. Porque a partir do quarto ano essa conta de 298 milhões, 625 e 909 ela não é cumulativa. O orçamento realizamos um por ano, e então a partir do

quarto ano nós acrescentamos na despesa do estado 900 milhões, o que significa 1,5% a mais. Então dessa margem de três, se não houver um crescimento excepcional da receita já comemos 1,5.

Essa é a conta, é a responsabilidade nossa. Nós só temos mais 1,5% e se não houver nenhum crescimento excepcional da folha, mas, essa é a discussão que foi feita aqui...

**O SR.** - ... Só para ajudar, a diferença do limite em termos de valores é de 4,7 bilhões.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Sim. É isso, eu fiz a conta aqui deputado.

**O SR.** - Mexemos ontem em um ano, primeiro ano, 200 milhões.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Eu sei deputado, o senhor entendeu o que eu coloquei aqui e a preocupação que se tem. A outra questão...

**O SR.** - ... Deputado, me permite 15 segundos? Davi? Eu acho que o senhor errou em um cálculo que o senhor falou, que a cada 1% que sobe vira 650 milhões, não é, é 65 milhões.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Está bom. Vou olhar com mais atenção isso. Depois eu queria elogiar ao secretário na questão justamente da desoneração do estado de São Paulo. Como tem sido. Talvez por ser um secretário de carreira foi o primeiro que veio aqui e explica isso de uma forma que conseguimos entender melhor. Eu me lembro que eu estive algumas vezes na Secretaria da Fazenda acompanhando alguns setores e eu participo da Frente em Defesa do Setor Têxtil e do Vestuário, que é um setor que demanda muito e nos reunimos muito.

Inclusive, o senhor ocupava a CAT. Em uma das vezes que fomos lá o secretário era o Renato Villela, que tinha vindo Rio de Janeiro, tinha sido secretário da Fazenda lá. Os empresários então disseram, “agora estamos feitos, porque o Rio de Janeiro é uma beleza para conceder isenção, e vamos conceder aqui”. A primeira fala de um dos representantes do setor foi isso, “secretário, faça o mesmo que o senhor fazia no Rio de Janeiro aqui”. Ele falou, “não, lá no Rio de Janeiro a Secretaria e a decisão da

desoneração nem passava perto da Secretaria e eu ficava só sabendo quando já estava feito”.

Aqui em São Paulo não, isso é cada caso é muito bem discutido, e a Secretaria com toda a competência, analisa isso, discute e eu sou testemunha disso. Acho que, portanto, as desonerações que o estado de São Paulo tem feito tem que se fazer essa conta de quantas empresas deixamos de perder para outros estados. Quantos deixaram de ir embora, senão perderíamos tudo. Não é só aquele valor que deixaram.

E, em alguns casos isso significou na ponta e ao final, o aumento de arrecadação daquele setor específico.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Para concluir deputado.

**O SR. DAVI ZAIA- PPS** – Então, registrar isso e a importância da atuação da Secretaria e que é isso que honra muito e, portanto, parabenizar ao secretário por estar exercendo esse cargo e porque com um corpo tão competente mostra que prata da Casa pode fazer sucesso e é isso que nós desejamos a sua gestão que está começando.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** – Vamos fazer com que possa responder, para não fugir do timing das respostas. Vai responder as perguntas do deputado Teonilio Barba, e logo em seguida do deputado Davi Zaia. Eu gostaria até de deixar um questionamento em cima da PEC5, que é a palavra que o governador usou, “injusto”. Eu estava procurando no dicionário enquanto V. Exa. falava, “que, ou aqui ou aquele que não é justo, sem fundamento, injustificado, que não está de acordo com a justiça”.

Eu acho que não foi correta a palavra talvez que o governador possa ter se expressado em relação a nós deputados. Porque em nenhum momento somos injustos aqui. Acho que ao termos aprovado a PEC5, ela favoreceu uma classe, que outras classes vamos procurar? Vamos tentar ajudar a todas as classes, mas dizer que foi injusto ter ajudado aos auditores fiscais, e eu não acho que isso seja correto. Muito menos da parte que vem do governador. Com a palavra, secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Teonilio Barba eu anotei três questões e a terceira o senhor se referiu a própria



apresentação e aí me perdi um pouco se depois o senhor puder repetir, aí eu posso enfrenta-las melhor. Com relação a arrecadação setorial, efetivamente eu pedi para que tirassem aquele slide não por outro motivo, mas exclusivamente pelo fato de que eu achei que já fosse um assunto vencido e debatido a exaustão.

Mas, me equivoquei, na próxima apresentação nós retornaremos com esse slide e aí teremos um material para podermos debater com mais informação. De qualquer forma ainda que sem ele ali na tela...

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT - ...** Se o senhor me permite, ele trata de quatro setores, agropecuária.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO –** Eu tenho ele.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT -** A indústria, preços administrados e comércio de serviços, todos temas importantes que dizem respeito.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO –** Na verdade, eu não quis diminuir a importância dos setores em si, mas da própria discussão. São curvas históricas desde 1995 se eu não estou enganado, e, aí podemos interpretar me parece que de várias formas, a primeira delas me parece ser a mais importante e que é uma radical mudança da economia mundial. A economia hoje não se baseia mais no setor industrial e na produção de bens, e, sim na prestação de serviços. A economia caminha nesse sentido. Inclusive hoje temos uma discussão interna muito séria e na verdade não só nós, mas, como todos os fiscos do mundo sobre de que forma tributamos essa nova economia.

De que forma tributamos a economia digital, o estado de São Paulo baixou algumas normativas, uma portaria CAT, por exemplo, para disciplinar a tributação de bens digitais, ato contínuo, ABRACON, se eu não estou enganado, a associação que representa ao setor que entrou e já obteve uma liminar por entender que isso não faz parte da base de cálculo do ICMS coisa com a qual discordamos absolutamente, mas, é um setor e um debate que inclusive chegará a Assembleia Legislativa em algum momento porque proporemos medidas ou leis para que isso seja disciplinado.

Acho, se eu não me engano, que foi o senhor mesmo que colocou do protagonismo que São Paulo tem de ter no cenário nacional no que se refere a reforma

tributária, e, esse é um dos pontos que São Paulo tem puxado. O debate nacional a respeito da nova tributação da economia, que é eminentemente assentada sobre a prestação de serviços, comunicação, de softwares, bens digitais e etcetera. O primeiro ponto e o segundo, efetivamente o estado de São Paulo ou no estado de São Paulo, a indústria perdeu a importância.

No PIB, e assim como perdeu a importância na arrecadação por consequência, agora, esse foi um movimento nacional, quiçá mundial, na verdade, algumas poucas economias, talvez a China tenha sido a única economia do mundo que conseguiu crescer a sua base industrial proporcionalmente ao restante da sua economia. Todo o restante das economias do mundo teve uma redução da indústria, a prestação de serviço é a nova fronteira, e existem discussões de reformas tributárias para a junção do ISS com o ICMS para que crie um IVA, ou seja, ter o que chamamos de base ampla.

O mesmo imposto incide sobre toda e qualquer atividade econômica. Justamente porque ficamos nessa discussão do que cabe ao município e ao estado erodindo tanto a arrecadação do estado quanto a arrecadação do município engrandecendo unicamente a arrecadação da União e aí vamos discutir o federalismo, e, etcetera. Portanto, aquele gráfico voltará na próxima apresentação para que tenhamos material para podermos debater.

Agora, não é resultado unicamente da guerra fiscal. A redução do percentual da indústria sobre o total da arrecadação não é fruto direto da guerra fiscal, pode haver? Pode. Mas, precisaríamos fazer um estudo econométrico disso, aprofundado inclusive para tentar separar um efeito do outro, pode até ser, para fins acadêmicos me parece extremamente interessante. Agora o fato é que a guerra fiscal é perniciosa para todos, todo mundo perdeu com ela, é uma estratégia de desenvolvimento do país absolutamente equivocada.

Nenhum acadêmico e economista entende que desoneração tributária seja uma ferramenta de desenvolvimento, abrir mão de pagamento de imposto não é, nunca foi e não será em livros e textos de economia uma ferramenta de desenvolvimento. Agora, o Brasil adotou essa ferramenta equivocadamente no meu entender enquanto técnico.

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT** - E eu estou afirmando isso, eu disse que em algum momento da economia de um setor se pode discutir a renúncia fiscal a depender da contrapartida dos setores se estiver em uma crise no momento. Isso é para desenvolvimento, é uma questão temporária.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Justamente, ela tinha de ser temporária. O problema é que não há nenhuma renúncia fiscal no Brasil que seja temporária. Tem renúncias fiscais, aliás, ao estudarmos a convalidação fomos estudar a lei complementar 24 de 75 e chegamos à conclusão que o que está acontecendo em 2018, 2017, na verdade, foi o que aconteceu em 1975, então não tem cabimento que daqui a 40 anos estaremos todos nós discutindo uma nova convalidação de uma série de benefícios fiscais que vão ser concedidos nos próximos 40 anos. Não me parece que essa seja a solução para o Brasil.

Imposto tem de ser pago, se você quer subsidiar, subvencionar algum setor econômico o dinheiro entra no orçamento e sai do orçamento se assim a Assembleia Legislativa ou o Parlamento o entenderem. Agora, é uma estratégia equivocada, mas, é nacional, não adianta São Paulo de forma unilateral buscar sair e fugir dessa armadilha porque sozinho ele não conseguirá. Vamos estar aqui tributando cabelereiros, barbeiros, nada contra eles, eu só digo que a agregação de valor da indústria que é o que paga os melhores salários e como o senhor colocou que vê na indústria e sabe disso, ela vai embora não do estado de São Paulo, mas do Brasil, vai para o Paraguai, Bolívia, China.

Vamos perder todos. Nós perderemos. Portanto, para concluir a resposta, o fato de que o setor industrial perdeu a participação na arrecadação ao longo dos últimos 20 anos é um efeito mundial. Nós temos que criar novas tributações e porque o fisco tem a sanha arrecadatória? Não. Porque a economia está migrando para setores que hoje não pagam nada, aí me parece uma efetiva injustiça, o Google, a Netflix precisa pagar imposto também, não é porque eles estão na fronteira das novas atividades econômicas que eles vão ficar fora da tributação.

Eles se utilizam do Estado e então eles têm que financiar também. Temos um agravante, o Google está aonde hoje? Está no Vale do Silício. E como é que vamos tributar lá? Como é que vamos pegar um serviço que além de tudo é transnacional, é extremamente complexa a discussão. Com relação a renúncia e sigilo fiscal, eu concordo e o senhor tem razão ao elencar que nem me lembro quantos setores são, uma parte significativa deles tem sigilo fiscal ou pelo menos está grafada como sigilo fiscal.

Aqui temos um problema, esses setores computam e tem menos de cinco contribuintes em cada uma dessas cadeias. A abertura e bom, um passo atrás, me desculpem. O que está apontado na LDO como sigilo fiscal são os benefícios fiscais chamados de crédito presumido e outorgado, que são dados em função do valor da saída

e do faturamento. Esses setores que estão grafados com sigilo fiscal são aqueles que tem menos de cinco contribuintes, portanto, eles são facilmente identificados. E ao serem identificados pelo crédito presumido, qualquer um de nós faz a conta inversa e infere em qual é o faturamento.

Portanto, nós temos um impedimento legal colocado no Código Tributário Nacional, no Art. 198, obrigado aos colegas que me socorrem. Do Código Tributário Nacional, e que impede o servidor público ou agente de divulgar informações que ele obteve pelo exercício da sua atividade de fiscalização. Portanto, eu enquanto secretário da Fazenda ou os nossos técnicos que são os que assinam os relatórios estariam incorrendo em quebra de sigilo se eles abrissem informações com tal granularidade e detalhamento que possibilitassem que qualquer inferisse em qual é a receita e o faturamento dessas empresas.

Concordo com isso...

**O SR. TEONILIO BARBA LULA – PT - ...** Secretário, me desculpe, só um aparte porque não estamos falando disso. Estamos dizendo o seguinte, não precisa se divulgar a receita detalhadamente, tem que dizer o quanto é que ela foi beneficiada na renúncia fiscal, se foi em 1%, 0,5%, 3%, isso aqui está em sigilo, está escondido esse negócio. Inclusive, estamos estudando em nossa bancada de se possível fazer uma ação que eu também concordo que o servidor da Fazenda não pode ir lá e escancarar a conta da empresa.

Quem tem obrigação de abrir a conta da empresa é a própria empresa. Agora, se o seu governo está beneficiando uma empresa com renúncia fiscal, eu tenho que dizer quanto que é essa renúncia fiscal. E para que ela serve e não está declarado?

**O SR. -** Secretário, só ajudando, valendo o que o deputado Barba coloca não precisa e pode até se ter sigilo da empresa e do nome da empresa, agora estamos pedindo aqui pelo menos do setor e não precisa ter sigilo do setor, porque ele é mais de uma empresa. Então agora ter o sigilo de todos os setores é complicado, não se precisa divulgar a empresa e a receita dela.

**O SR. -** Me dá um aparte, um complemento. Talvez o que o Barba esteja dizendo e eu concordo com ele, é que não precisa se mencionar qual é o setor, mas quanto foi. Existe o sigilo amparado pelo código e não se pode quebrar o sigilo. Mas,

dentro da linha que o Barba está colocando poderia mostrar o quanto isso está ocasionando em nosso orçamento. Acho que é isso...

**O SR.** - ... Deputado Vitor, o secretário até pode esclarecer se existe sigilo para não divulgar a desoneração de determinados setores? Eu acho que não, pode não se divulgar o nome da empresa, arrecadação dela, mas acho que do nome dela não.

**O SR.** - Veja bem, no setor já está dito quais são. O problema é que não está dito qual é o tamanho da exoneração.

**O SR.** - Exatamente, é isso que eu estou dizendo.

**O SR.** - Precisa-se dizer qual é o tamanho da exoneração.

**O SR.** - Estou dizendo qual é o valor e isso o Barba tem razão.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Com a palavra o secretário, senão não vamos...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... O problema como eu disse é que cada um desses setores grafados com sigilo tem cinco ou menos contribuintes em cada um deles. Portanto, facilmente se identifica qual é a empresa. O que eu sugiro e aí Vs. Exas. se me permitirem uma sugestão, essa questão do sigilo fiscal é uma questão legal e colocada no Código Tributário Nacional, mas é uma questão que vem sendo debatida no país há muito tempo.

O que tem de ser feito é que nessa legislação eu tenho a convicção de que eu não posso ir além do que está aqui. Agora, a legislação pode ser alterada, ela pode ser debatida e ela deve ser, de que forma isso pode ser mais explicitado, se uma empresa, por exemplo, que tem uma renúncia fiscal e que ela se beneficia de alguma benesse e de algum benefício, que ela abra mão desse sigilo.

Agora isso tem que vir por legislação, e ela posta do jeito que é hoje não me parece que possamos ir além disso. Então, portanto o que se faz aqui é o estrito cumprimento da legislação em nosso entender, obviamente e não só em nosso entender, mas embasado em pareceres de PGE e etcetera. É algo pacificado no país, não

podemos ir com a legislação atual além disso, além do que está aqui. E reforço que todos eles estão aqui e tem menos de cinco, podem ter setores aqui com um só.

A hora que abirmos qual é a renúncia fiscal de crédito outorgado ou presumido que é dado pela saída com um só qualquer um de nós saberá o quanto fatura a empresa no estado de São Paulo, e normalmente grandes empresas, obviamente.

**O SR.** - Presidente, só um aparte rápido para...

**O SR.** - ... Posso... Desculpa.

**O SR.** - Quando fiz minhas contas eu disse que 1% na folha de pagamento eram 650 milhões, e o Barba me corrigiu e disse que eram 65 e dá para dizer que a minha conta é que está certa. 650 milhões é 1% de 65 bilhões.

**O SR.** - A maquininha do Barba está com defeito.

**O SR.** - Eu só queria complementar...

**O SR.** - ... Falar em seis bilhões e meio, algo por conta disso.

**O SR.** - Eu queria complementar, e nosso assessor me trouxe a informação de que existem dois projetos de lei complementares no Congresso Nacional que tratam justamente dessa, não vou dizer flexibilização do sigilo, mas da apropriação do teor do sigilo para o novo mundo, para o novo momento em que o Brasil se encontra. Eu acho que essa é a iniciativa que resolveria o problema, nós não ficaríamos enquanto servidores públicos a distrito ao dever de cumprimento do sigilo e sob pena de responsabilização funcional e a sociedade teria uma clareza maior do benefício.

**O SR.** - Me permite ainda só em relação a resposta, a minha pergunta é no que se tange a respeito à questão da indústria, é verdade que a indústria não é mais predominante no mundo como PIB de qualquer país, mas é verdade que os países mais desenvolvidos têm no mínimo 25% da participação do PIB e da indústria. Se o senhor pegar a Alemanha hoje ela tem excedentes de produção e de tecnologia de softwares e de outras coisas de inovação de pesquisa para oferecer para o mundo.

Tiveram uma opção e não temos, somos um Brasil de cabeça rural e não pensamos, exportamos commodities. Alguém aqui falou que exportamos e estamos sobrevivendo, mas as nossas empresas não exportam nada. Não somos um país exportador, somos exportadores de commodities. Só isso, matéria prima. Agora em relação, qual é a minha preocupação, se não fizermos esse debate da indústria no estado de São Paulo e em todos do Brasil, vamos estar fadados a ter daqui 30 ou 40 anos um contingente de desempregados de 50 milhões de pessoas. Porque se não se tem um setor de serviço e comércio forte, mais o setor público e o terceiro setor, com uma indústria de 10% que caminha para o Brasil para esse ano, e o estado de São Paulo terem ao meu ver devem caminhar para uma nova queda.

Eu disse aqui que o resultado de 17% a 32% em torno da indústria eu acho que aqui nós batemos em 31 esse ano ou em 30. Porque são indústrias que estão realmente deixando aqui o cara atravessar a fronteira do Mato Grosso do Sul, do Paraná, e está pagando menos, por que eu vou ficar aqui? Então se não tivermos cuidado e se o estado de São Paulo não liderar esse debate, nós vamos ficar vendo cada vez mais e moendo e no Brasil é mais grave.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Secretário, eu tinha pedido ao deputado Marco Vinholi, mas, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exa. porque nós vivemos aqui em um estado no país todo a questão da greve dos caminhoneiros e que atingiu o ICMS também do estado de São Paulo sem dúvida. Eu estava comparando as arrecadações de 2016, 121 milhões, em 2017, 126 e acredito que aproximadamente 133 milhões, 7% a mais na arrecadação para esse ano.

Qual é impacto disso na arrecadação do ICMS que a greve dos caminhoneiros causou? E qual foi a projeção dos prejuízos causados pela paralisação tendo em vista que muitos municípios declararam situação de emergência de calamidade, sabemos que isso afetou muito o estado de São Paulo e consequentemente a arrecadação deste ano. Qual está sendo hoje o prejuízo causado, a Secretaria tem uma base?

**O SR.** - O senhor me permite um adendo, deputado Wellington Moura? Na sua pergunta?

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Sim.

**O SR.** – Só para não deixar, a greve dos caminhoneiros não foi só deles, teve um setor empresarial importante que participou das organizações e praticou um crime nesse país, temos que deixar claro isso, eu vou defender sempre os caminhoneiros que iniciaram a greve, os autônomos, mas as empresas que são proibidas de praticar um locaute fizeram isso, só para...

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB - ...** Não estamos falando que foi uma greve injusta, mas que afetou ao país e os comércios, as empresas, as indústrias, afetou de muito e se o secretário tem essa posição de prejuízo causado no estado de São Paulo para esse ano.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO –** Deputado, até esse momento ainda não conseguimos apurar, e por que? Em primeiro lugar porque eu acredito que ninguém no Brasil saiba qual foi o efetivo alcance da paralisação. Tivemos logicamente os caminhões parados, mas, na verdade a economia praticamente inteira durante dez dias e não parou, paralisou. Qual é o impacto disso no PIB e por consequência na arrecadação é algo e que os economistas terão de apurar e no que se refere a arrecadação propriamente dita e nós começaremos agora nesse começo de mês a sentir os impactos.

Hoje inclusive teremos como terceiro dia útil do mês a arrecadação importante, e eu consigo lhe dizer amanhã qual foi o impacto e os principais setores recolhem e arrecadam agora no terceiro dia útil do mês e nós conseguiríamos ver. Efetivamente nos preocupa e primeiro como eu disse porque não temos e eu acredito que ninguém tenha a real dimensão do impacto disso na economia e segundo, porque parte da economia e do que não foi realizado não será mais realizado.

Aquela pessoa que deixou de ir ao cinema e cortar o cabelo, de ir ao restaurante não irá duas vezes seguidas para compensar. A produção agrícola que foi perdida no campo porque não se conseguiu tirar também foi perdida e está perdida e não se recupera. Outros consumos que foram postergados e diferidos até poderão acontecer, você tira o atraso em uma linguagem mais de padaria. E aquilo que não aconteceu vai acontecer de forma mais concentrada. Isso tudo terá que ser medido, e como separar isso? É extremamente difícil, principalmente porque acabou de acontecer. O que foi diferido e que não aconteceu em maio e que aconteceu e acontecerá em junho terá um



reflexo no começo da arrecadação que acontecerá em julho, portanto, tem esse descasamento do fluxo de caixa inclusive.

Em termos de números o que podemos dizer é que antecipamos o ICMS e a redução dele na bomba para o óleo diesel em uma contribuição corajosa do governador Márcio França em antecipar os efeitos dos descontos que a Petrobrás deu na refinaria e imaginando que esse valor vai chegar no posto. Começa a discussão se vai chegar ou não, se está chegando ou demorando, aí esse é outro problema. O fato é que os 46 centavos que a União e a Petrobrás deram na refinaria já foram transmitidos para o preço de referência que chamamos de PMPF.

Em nosso entender não há perda de arrecadação, deixamos de ganhar a arrecadação. Porque o preço subiu, mas, ele desceria, o que fizemos foi desconsiderar o excesso de aumento. Isso foi uma medida adotada por três estados, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul e os outros estados, principalmente os do Nordeste e talvez mais dependentes, talvez não, com certeza, da arrecadação de combustíveis mantiveram a sua sistemática de apuração do imposto e repassaram para a base de cálculo aquele aumento na bomba.

Lembrem então, portanto, que São Paulo foi o que deu na completude dos 46 centavos os outros foram o Mato Grosso do Sul e o Paraná deram só 25 centavos esperando o resto do reflexo para então trazer para a base. Essa sistemática toda deve representar algo como 40 milhões de reais mensais de redução da arrecadação, lembrando como eu disse que se o preço vai cair e em algum momento ele seria captado, o que se perde é 15 dias ou um mês de arrecadação.

Em nosso entender 40 milhões de reais e não arrecadação é algo muito menor do que o que perderíamos, mas, infinitamente menor do que perderíamos com a economia parada por mais 15 ou 20 dias, na verdade, além do colapso do país e com todas as repercussões sociais inclusive que isso traria, do ponto de vista estritamente econômico a perda de arrecadação aonde tudo parado é infinitamente maior do que os 40 milhões de reais.

Portanto, objetivamente essa volta para responder ao senhor da seguinte forma, ainda não temos a mensuração do impacto geral, mas no que já foi feito e que é a redução e antecipação do desconto dado, e, aproximadamente 40 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Obrigado, secretário. Deputado Marco Vinholi, e depois o Vitor Sapienza.

**O SR. MARCO VINHOLI – PSDB** – Boa tarde a todos, secretário Luiz Cláudio, pessoa a quem eu respeito pelo trabalho e pela construção da carreira, todos que fazem parte da equipe dele aqui presentes, deputado Edson Giriboni, Vaz de Lima, Davi Zaia, Vitor Sapienza, Marcos Martins, Teonilio Barba que fez uma bela apresentação aqui e o deputado Enio Tatto, um dos melhores dessa Casa aqui presentes.

Queria primeiro dizer que concordo com muito do o Barba disse aqui, e imagino que durante o governo Dilma tenha ficado estarecido com os 458 bilhões dados em desonerações ao nosso país. Eu acho que temos que discutir sim a fundo, e o secretário do estado colocou muito bem e a própria Dilma depois fez um reconhecimento de que a política na visão dela foi errado o que foi feito naquele período.

Mas, que aqui no estado de São Paulo a diferença essencial da desoneração fiscal é que aqui em São Paulo é feito para cadeias e não para empresas, ela feita aprovada pelo CONFAZ, e aqui perante o sigilo fiscal que existe e que não é permitido que sejam listadas empresas por empresas, mas, eu concordo que através de uma ação judicial que possa ser trazido isso a luz, dito isso eu vou fazer algumas perguntas aqui ao Luiz Cláudio, eu acho que tem toda a competência e o mérito para estar aonde está e eu avalio que representa bem não só a toda a classe que pertence, mas é um bom profissional e sua carreira condiz com isso.

Mas, algumas ações do governo me deixaram muito preocupado nesse início de gestão e eu queria expor algumas delas. Primeiro, o banco desenvolve São Paulo, e a agência de fomento do Estado de São Paulo. Em todos os estados da nação ela é vinculada à Secretaria da Fazenda, e pela primeira vez o banco de fomento muda para uma outra pasta que foi agora para o planejamento esse que é uma pasta política nesse governo. Me causa uma grande preocupação. Primeiro porque vamos ter uma medida de rating para esse banco de desenvolvimento em breve e que temos um receio muito grande que essa intervenção política do Banco Desenvolve São Paulo possa gerar prejuízos no estado.

Então eu queria saber a visão do secretário quanto a transferência do Banco Desenvolve São Paulo para a Secretaria de planejamento, eu também tenho lá e fiz esses dias um requerimento e pedi para que viessem todos os pedidos feitos no Banco Desenvolve São Paulo porque algum tempo não só o investimento em prefeituras, mas também em empresas como na minha Catanduva Frucamp que teve esse benefício e são fomentadas através desse banco, e, temos o receio de que no período pré-eleitoral sejam

priorizados somente prefeituras em detrimento de empresas que geram emprego e desenvolvimento no nosso estado.

Queria também perguntar ao secretário qual deve ser o impacto do projeto do IPESP, e nas finanças do Estado de São Paulo. Esse recurso que entra depois para o Tesouro e que será administrado pela Secretaria da Fazenda. Já existe algum modelo de decreto que os senhores já estão pensando depois para regulamentar como vai ser isso e uma vez que o projeto de lei prevê que vai ser feito pela Fazenda.

Esse recurso que entra na Secretaria da Fazenda vai poder ser utilizado para qualquer outra função que não o pagamento dos beneficiários da carteira do IPESP nesse período e teria aqui também que saber do secretário quais os impactos e eu concordo com ele quando ele diz que os prejuízos iam ser muito maiores se não se tivesse uma ação em torno da resolução da crise com os caminhoneiros, mas, quais devem ser os impactos da questão do crédito de ICMS na compra do óleo diesel que foi um dos pontos colocados pelo governador Márcio França para o acordo realizado.

No mais eu queria saber também um pouquinho sobre o projeto da Nota Fiscal Paulista. Existia um projeto da Secretaria anterior que se alterava o modelo da Nota Fiscal Paulista passando para um aplicativo, o projeto foi polêmico, a sociedade e a Casa discutia esse projeto e no início do governo Márcio França foi alterado e voltado no modelo anterior, eu queria saber se isso é perene ou se existe o que pensa a Secretaria da Fazenda sobre esse Projeto da Nota Fiscal Paulista, se ele vai ser o projeto antigo e feito pelo governador Geraldo Alckmin, que vai voltar à pauta, ou se o modelo defendido pelo governador Márcio França quer mantê-lo no governo atual.

Fora isso eu desejo todo o sucesso ao secretário ao qual eu respeito e que tenho admiração pelo trabalho.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Marco Vinholi, eu agradeço as palavras e o apoio do reconhecimento do nosso trabalho, e, com relação ao Desenvolve São Paulo, ela é efetivamente como um banco de fomento que foi transferido para a Secretaria de Planejamento e foi uma decisão do governador que coloca na Secretaria de Planejamento o seu principal eixo e ferramenta de execução de política de desenvolvimento. Ele foi secretário de desenvolvimento do governador Geraldo Alckmin, e, portanto, tem um projeto muito claro do que ele entende das ferramentas ou da estratégia de desenvolvimento do estado de São Paulo.

O secretário Maurício Juvenal é uma pessoa extremamente competente, eu tive alguns contatos com ele, não tantos quanto eu gostaria nesse começo e porque a agenda dele é extremamente carregada assim como a minha, mas ele me pareceu uma pessoa extremamente serena, tranquila e um ótimo técnico, portanto, eu vejo que o desenvolve São Paulo na Secretaria do Planejamento passa a estar colocada na Secretaria que efetivamente vai desenvolver ou vai executar a política de desenvolvimento do Estado, portanto, me parece absolutamente correta.

Não que a Secretaria da Fazenda não faça o desenvolvimento, não é isso que eu quero dizer, a Secretaria da Fazenda fica com a sua atribuição principal que é cuidar da solidez fiscal que foi o que eu vim apresentar aqui e possibilitando que as outras Secretarias possam desenvolver suas políticas públicas. Portanto, me parece absolutamente correta a mudança e a transferência, a colocação da Secretaria de Planejamento e por conta do perfil técnico e competente do secretário Maurício Juvenal eu tenho certeza de que a medida de rating do Desenvolve São Paulo está absolutamente garantido e nós enquanto Secretaria da Fazenda e no que pudermos auxilia-lo na gestão o faremos e já o fazemos por conta da proximidade com a Secretaria do Planejamento na fase, na etapa da execução orçamentária propriamente dita.

Com relação ao IPESP eu confesso que é um problema meu, eu ainda não consegui e a minha agenda não permitiu que eu me debruçasse sobre o IPESP e conseguisse as informações necessárias para lhe responder, de alguma forma as perguntas estão anotadas e aí eu faço chegar ao conhecimento do deputado Wellington Moura pode ser, como Presidente da Comissão, para que essas informações cheguem por escrito. Eu não poderei e não teria condições de falar.

Ou se for o caso e se entenderem que é necessário, eu retornarei para fazer os esclarecimentos de viva voz. Com relação a Nota Fiscal Paulista, ela foi uma área técnica da Secretaria da Fazenda, e um passo atrás... O histórico da Nota Fiscal Paulista dos últimos tempos apontava para um aumento significativo e perigoso da quantidade de fraudes na captação das notas fiscais em papéis e por meio de urnas que seriam direcionadas as entidades assistenciais, ou seja, um programa e uma política pública que é a maior do país filantrópica, e sendo desgastada e prejudicada por conta de desvios, isso não nos parece correto.

Além do aspecto penal, criminal, o de gestão pública propriamente dito, pensar e estudar uma política pública do tamanho impacto que ela tem, com dez anos de existência sendo estragada para não usar outra palavra por conta de fraudes. Pois bem, o

que o corpo técnico fez foi desenvolver toda uma forma de tentar coibir e evitar, tirar do meio do caminho o atravessador da urna o que ficava com 70% ou 80% dos recursos e simplesmente vendendo o serviço de captação de urnas para as entidades assistenciais e absolutamente dependentes desse recurso.

Me parece uma coisa absurda, pedir ágio de 80% do valor. O fato foi que se criou uma ferramenta que é o aplicativo e agora efetivamente não tivemos tempo de comunicar...

**O SR.** - ... Apertado demais...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... Isso. De comunicar, explicar e de orientar.

**O SR.** - Ele foi suspenso, essa é a palavra talvez.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Não, aí eu tenho que fazer um novo elogio ao governador Márcio França que é válida. Mas, ele teve uma solução absolutamente de negociação sensacional. O que ele fez foi reconhecer isso que eu falei, a fraude e ele manteve o aplicativo e baixou um decreto que estende até o final do ano a possibilidade de as urnas em papel continuarem sendo utilizadas.

Portanto, hoje os dois sistemas convivem, e aí coube a nós da Secretaria da Fazenda por meio do programa nos conformes, um dos eixos e um dos mutirões que é visitar as entidades assistenciais orientado elas para que migrem para o novo modelo. Portanto, temos hoje 350 servidores diretamente alocados nessa atividade de visitar as entidades assistenciais ou de manterem o contato por telefone ou o que quer que seja, mas no sentido de orientar “entidade assistencial, adapta-se ao modelo que vai ganhar mais e combater a fraude e o mais importante, vai ganhar mais, os seus recursos que receberá vindo da nota fiscal paulista serão maiores”.

Até dezembro de 2018 que o governador também teve a sabedoria de não deixar isso para o próximo governo, portanto, ele legislou, não é essa a palavra, mas, ele normatizou dentro do governo dele exclusivamente, deste governo, e, será revisto no próximo.

**O SR.** - A turma que está fazendo essa aproximação com as entidades, é a turma do CRC? Que cuidava...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – ... Não, são os servidores fazendários.

**O SR.** - Não, perfeito, mas, era a mesma turma que cuidava do CRC com as entidades? Não?

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Não, existe assim... Na verdade, a equipe está sendo liderada pela equipe permanente da Nota Fiscal Paulista e que inclusive dá treinamento para os servidores, e agora todos os servidores inclusive de fora da área tributária que estão alocados neste trabalho visitando, então são 350 de todas as coordenadorias e todas as áreas da Secretaria da Fazenda.

**O SR.** - Eu agradeço, secretário.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Com a palavra o deputado Vitor Sapienza.

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS** – Caros colegas e Presidente, me desculpem, secretário da Fazenda. Para mim não será indagação e sim depoimento e eu pediria um pouco da sua paciência até mesmo porque quero dar um panorama do que o nosso secretário terá de administrar. Eu não estava na Casa, quando de uma forma surpreendente para mim o governador Alckmin trouxe o secretário da Fazenda de um estado falido para ser secretário da Fazenda do estado de São Paulo.

Totalmente inábil. Tive a oportunidade de ir a posse do presidente do sindicato e de adverti-lo de que ele deveria ouvir o pessoal da carreira, ele estava cometendo uma série de enganos. Entrou por um ouvido e saiu por outro. A coisa continuou e de repente sentindo depois de um tempo que o cara era inábil e trouxeram alguém que já havia trabalhado no governo Dilma na área financeira para ser secretário da Fazenda. E, essa pessoa inábil no trato com o sindicato gerou uma série de atitudes também inábeis por parte do sindicato, tal como apitação e operação padrão e que até hoje está gerando consequências dentro da sua Secretaria. E o senhor sabe bem que o que eu estou falando

é um depoimento de um cara que não é mais candidato e não pretende mais vir nesse tipo de reunião.

Foi Presidente da Comissão de Finanças, sem o trabalho que dá ser e sei também como é o debate que ocorre. Dentro desse quadro também eu ingressei na carreira fiscal em 1962, e eu nunca sonhei que um dia teríamos um secretário da Fazenda fiscal de renda. E isso é um cargo nas suas costas de uma responsabilidade muito grande e até rezo pelo senhor de todo o coração e falo que nesse quadro todo foram cometidos alguns enganos e eu tenho condição de dar uma análise nisso, porque eu vivi lá dentro mais de 20 anos.

Fez-se um concurso dos mais difíceis do país, e se nomeou 800 caras de uma vez só, e, em sua maioria que nunca haviam trabalhado e um dia em uma crítica, que eu fiz e o pessoal falou, “só faltou chama-lo de veado”. Desculpem, o termo, porque acusaram o cara na internet, não sou eu quem está dizendo. Porque eu disse o seguinte, que quando ingressei na carreira eu era assistente do catedrático de contabilidade e me mandaram fiscalizar o trânsito, e, pastos de gado, eu entrava com medo, Tatto, violento.

Eu sabia aonde eu tinha que correr, e esse pessoal reclamava a temperatura, se eu estiver enganado, os senhores me corrijam, mas da temperatura do lugar em que eles estavam trabalhando e de não poder mexer com álcool e gasolina porque tinham alergia. Os senhores sabem que eu estou falando a verdade. Então dentro desse quadro e o fato Tatto, de eu não ser mais candidato me dá condições de falar o que eu penso. Então, dentro desse quadro eu entendo que a necessidade de um contato mais claro com o sindicato, porque eles também têm culpa no cartório.

Mas, então tem que existir uma abertura e que de repente toda e qualquer atividade morosa que estava acontecendo um boicote muito grande e se o pessoal ficar mobilizado no sentido da PEC, Tatto vamos até o final do ano recuperar toda essa arrecadação. Está se demorando em alguns momentos cinco ou seis meses e não por culpa do secretário para se conceder e eu estou falando mentira? Uma inscrição. Tatto, está se demorando muitas vezes um ano para se dar um regime especial que vai beneficiar a toda a atividade porque manda um troço para cá e o outro manda para lá.

É um sistema de boicote, e então dentro desse contexto vou avançar um pouco e o secretário sabe que eu dei uma mão na aprovação da PLC 25. Tatto, eu pedi audiência pública, pena que não foi feito. Eu temo em alguns aspectos a excessiva do PLC 25. Tem muita coisa bacana, mas, tem algumas coisas que terá de tomar um senhor cuidado para poder administrar isso. Dentro desse contexto eu me permito dizer o seguinte, torço

pelo senhor, não gostaria de estar na sua pele, e, mesmo porque o senhor está hoje representando tudo aquilo que a classe quis e não conseguiu.

O Davi me falava e cutucava, “um dia o senhor quis ser secretário da Fazenda?” e eu falei, “nunca”. É mentira que o senhor me perguntou? O senhor fez isso e eu falei, “Davi, se tem uma coisa que eu nunca gostaria de ser é secretário da Fazenda”. Rezo pelo senhor. Mas, volto a falar, há a necessidade de uma reunião com o sindicato e as associações dos fiscais de renda e mostrar que as coisas mudaram e também em alguns momentos ser um pouco duro, porque vamos ver o seguinte, por que a operação Lava-Jato deu certo?

Porque se fez alguma coisa igual a fiscalização moveu que ninguém dá valor e se chegou a um posto de gasolina e lá se levantou uma série de irregularidades. E se nós analisarmos friamente há a necessidade de uma fiscalização móvel. Até mesmo porque além de ela trazer resultados, ela traz uma coisa muito importante para o agente fiscal de renda. É aprender que muitas vezes uma coisa que aparentemente não significa nada, pode significar muito na arrecadação. Presidente, obrigado por permitir o meu desabafo.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Vossa Excelência pode desabafar quantas vezes quiser. Essa Comissão...

**O SR. VITOR SAPIENZA – PPS** – ... Muito obrigado.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado Vitor Sapienza, colega, agente fiscal de rendas e decano da Casa, ao ouvir as suas palavras eu fico ainda mais animado do que eu já estou. Eu acho que tenho a real percepção do tamanho do abacaxi que eu assumi, e, por conta justamente do que o senhor colocou. Há uma grande expectativa. Eu acho que estamos em momento do Brasil e do país apesar de uma crise atrás da outra um momento único, alvissareiro.

Porque estamos efetivamente sentando e discutindo os nossos problemas. Eu sempre critiquei a cultura brasileira de postergar a solução dos nossos dilemas. Aí não resolvemos o problema da educação, da segurança pública, do sistema tributário. Deve-se fazer uns 25 anos que alguém fala que precisamos fazer uma reforma tributária. Se não fizermos nada, daqui há 25 anos estaremos discutindo a mesma coisa. Então tem uma série de problemas que o Brasil enfrenta e que precisamos resolver.



Foi uma honra, eu assumi essa condição principalmente por ter sido o primeiro a assumir essa função enquanto funcionário de carreira, e, eu acho que o Estado de São Paulo também dá mais uma sinalização para o resto do país. Eu recebi os parabéns e mensagens de apoio de vários lugares, do Rio Grande do Sul, do Amazonas, de colegas da COTEP, do CONFAZ.

Porque outros estados já tinham tido secretários da Fazenda que eram de carreira, mas o estado de São Paulo nunca. E o estado de São Paulo lidera efetivamente as iniciativas desse país, quando propomos alguma coisa via de regra pode até ser rechaçado, mas todos param, ouvem, debatem, pensam a respeito. Portanto, eu acho que é esse o caminho que devemos seguir e permanecer. Eu estou absolutamente empenhado em fazer o meu melhor.

Conto com uma carreira e categoria de apoio que é dos agentes fiscais de renda extremamente competentes e comprometidos, mas eu também conto com a carreira e com o apoio de todas as carreiras da Secretaria da Fazenda, os APOFPS e executivos públicos, TEFs, e tem várias carreiras. Conto com a ajuda de todas. Agradeço a sua sugestão e conselho de recebe-los ao sindicato e Associação dos Agentes Fiscais de Rendas. Já tenho um cronograma disso e não só dos agentes fiscais de rendas, mas, como de todas as carreiras.

Nós temos que apoiar e desenvolver todo o corpo técnico da Secretaria da Fazenda das várias carreiras, não só da tributária, mas da fiscal, e quanto da área de serviços compartilhados, da coordenação de gestão de pessoas, e da coordenação de compras eletrônicas. Deputado, foi uma brincadeira e eu agradeço que o senhor reza por mim, porque eu também ando rezando. Acendendo várias velas, peço que todos compartilhem e que rezem também, não só por mim, mas pelo Brasil inteiro e pela boa condição, porque eu acho que temos condição de fazer. Eu agradeço suas palavras.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Mas, o senhor tem com certeza competência para estar em tal cargo, secretário, tenho certeza disso, senão não estaria na frente desse trabalho tão grandioso que sabemos que é a sua função. Parabéns. Com a palavra o deputado Marcos Martins, o último inscrito.

**O SR. MARCOS LULA MARTINS – PT** – Quero cumprimentar ao secretário e aos deputados aqui presentes e todos que estão acompanhando. Antes de passar o meu

tempo para que o deputado Enio possa utilizar o seu tempo restante, eu gostaria de fazer uma pergunta relacionada ao IAMSPE.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Cinco minutos que o Vossa Excelência tem.

**O SR. MARCOS LULA MARTINS – PT** – Se existe algum estudo e alguma coisa relacionada ao que está lá na Comissão de Planejamento e nós temos que cobrar as atividades e o que falta para o secretário da saúde. Se o senhor pudesse falar um pouco se existe alguma coisa relacionada a isso porque o IAMSPE está quase quebrando e as demandas de atendimento de assistência. O restante do tempo eu passo para que o Enio possa falar.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado, na mesma linha do IPESP, eu vou pedir as devidas escusas, eu não tive tempo e oportunidade ainda de tratar do IAMSPE. É um instituto absolutamente relacionado a Secretaria da Saúde, e, o que a Secretaria da Fazenda faz enquanto sua atividade precípua de gerir e fornecer os recursos necessários e gerir esses recursos.

Então eu vou ficar lhe devendo uma resposta mais objetiva, eu vou pedir a nossa Assessoria para que já levante as informações e que de alguma forma também faça chegar ao conhecimento dos senhores. Eu confesso não saber responder à pergunta.

**O SR. MARCOS LULA MARTINS – PT** – Porque o estado tem a tarefa de dar a sua contribuição e isso acaba não chegando, ou chegando a prestação e não é suficiente, mas volto para o Enio, senão vamos...

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – A Secretaria da Saúde como a Secretaria fim, aquela diretamente relacionada a prestação de serviços de saúde é ela que gere, mas, vamos levantar a forma e pelo menos os recursos, ou a forma que orçamentariamente falamos e contratamos com o IAMSPE, e encaminhamos.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB** - Deputado Enio Tatto.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Deputado Marcos Martins. Secretário, eu vou insistir e gostaria que o senhor olhasse melhor a questão do sigilo das desonerações. Verifique se a lei de transparência realmente diz isso, e que o senhor coloque se tem algum parecer realmente da PGE orientando dessa forma. E, junto com isso, o Presidente também, e o relator das contas, o conselheiro Roque Citadini que precisamos chama-lo um dia aqui, mas, Sr. Presidente, para tratar talvez dos assuntos das desonerações.

Ele diz o seguinte, o parecer dele aprovado pelos outros conselheiros, que o governo precisará ser mais transparente com as renúncias fiscais. Enquanto o Tribunal precisará se aperfeiçoar para em sua fiscalização trazer os dados, ou seja, pega no pé inclusive do Tribunal. Tanto quanto possíveis completos e que possibilite tornar conhecidos os resultados dessas renúncias. Constatei uma informação simplista na LDO. Então existe uma preocupação e esse assunto é muito importante e precisamos voltar a discutir esse assunto, Sr. Presidente, e eu já coloco que vou fazer esse requerimento por escrito, para trazermos aos conselheiros do Tribunal de Contas, principalmente o conselheiro Roque Citadini para que discutamos isso, que eles alegaram e que teve uma reportagem muito grande dos meios de comunicação.

A outra coisa que não dá para aprofundar, mas o senhor deve ter o conhecimento sobre o TIT, o Tribunal de Impostos e Taxas. Por que? Eu fiz requerimentos e uma denúncia e comecei a colher assinaturas até para uma CPI sobre uma denúncia muito grave e grande na Revap de São José dos Campos e aonde uma multa que tinha sido aplicada para a empresa de 230 milhões simplesmente desapareceu. Ela foi inocentada. Graças ao que? Segundo um delator, dois delatores da Odebrecht da UTC.

Graças a contratação de um advogado que trabalhava no TIT e que era da Fazenda e do Estado e que ele falou que era especialista no assunto e que por três milhões ele faria com que a multa desaparecesse. E com detalhe esses três milhões tinham de ser pagos não através de nota fiscal, por MEI oficial, mas, por fora. E tudo isso ocorreu. Resumindo, a multa desapareceu, 230 milhões de um caso de responsabilidade do TIT. Como ele é e como se tem o controle, o que a Fazenda tem se preocupado, porque é um caso muito grave e relatado que foi parar no Ministério Público Federal porque aqui em São Paulo ninguém ia ficar sabendo.

Ficamos sabendo por vias federais. Era só isso a pergunta, secretário.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Começando pela questão do sigilo, essa manifestação do conselheiro Roque Citadini se eu não estou

enganado, posso errar um ano ou outro, mas, é uma manifestação e um voto dele, aliás, em que ele fazia uma recomendação das contas de 2016. Portanto, já com algum tempo de passado. Efetivamente o que temos feito e eu enquanto coordenador da administração tributária já fazia isso, que é um aperfeiçoamento dos nossos procedimentos.

Nesse caso em especial da renúncia fiscal temos recebido a provocação, na verdade é um voto do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e temos tentado e desenvolvido de forma a atender as recomendações dele. O projeto da LDO de 2019 enviado a poucos meses atrás já traz o que nós entendemos como a recomendação que ele fez em 2016. Tanto que aumentamos para 88 setores, portanto, muito mais detalhado do que era no passado. Com a renúncia por cada um desses setores esses que são os que tratamos, e, em setores que temos um número muito reduzido de contribuintes, o que já enfrentamos.

O fato é que as manifestações e recomendações que o Tribunal de Contas do Estado tem feito a Secretaria da Fazenda já tem sido incorporada a nova sistemática. Reforço também o que eu disse na primeira fala em que vivemos hoje um novo momento relacionado a convalidação e a própria necessidade de transparência que a lei de convalidação 160 exigiu, a publicação, isso tudo no portal da transparência da União e criado especialmente para fazer o controle de todos os estados, e, outros aperfeiçoamentos que serão feitos na medida do que se entender necessário.

Acho eu e retomo, reforço que essa questão de sigilo tem de ser debatida e a luz da legislação vigente, portanto, ela me parece um conflito entre normas que temos de dirimir por novas medidas legislativas e o novo aperfeiçoamento. Agora, temos atendido as recomendações do Tribunal de Contas do Estado. Estamos próximos de haver a votação das contas de 2017, portanto, o que tem sido solicitado tem sido apresentado ao Tribunal de Contas.

Com relação à questão do TIT, ele é uma instituição de 82 anos de existência. Durante esses 82 anos de existência, os procedimentos também foram sendo aprimorados e o fato é que o TIT a décadas, em primeiro lugar ganha prêmios como o Tribunal Administrativo e reconhecido no país e até fora dele como um Tribunal Administrativo e eficiente, competente, justo, democrático, bipartite, e, portanto, há contribuintes, juízes representantes de contribuintes, e juízes representantes dos fazendários.

Compondo igualmente as Câmaras. Os julgamentos são públicos, as pautas são divulgadas, e, portanto, abertas ao público. Todo mundo acompanha todos os julgamentos que são divulgados com a devida antecedência. As decisões também são divulgadas e todo o repertório de decisões de TIT, não sei se todo, mas até se alguém me ajudar, ou para trás de 2000 estão divulgados. Portanto, temos 15 ou 20 anos de decisões do TIT absolutamente públicas, transparentes.

E no caso específico da Revap, há uma questão que vai além de um julgamento administrativo, vai uma questão de conduta funcional. Eu não conheço bem o caso, mas posso lhe adiantar, pelo menos o que eu me lembro, que esse citado e essa pessoa que supostamente teria atuado foi um agente fiscal de rendas aposentado, e, portanto, hoje está fora dos quadros da Secretaria da Fazenda a bastante tempo, bem antes desse caso concreto e julgamento.

Agora, uma coisa importante de se colocar, e eu falo do ponto de vista técnico, autos de 200 e poucos milhões de reais caem no TIT. E tem que cair, porque autos de infração lavrados ou de forma equivocada ou que suportam teses polêmicas e que não estão pacificadas tem que cair, o Tribunal e o TIT podem ser um tribunal apenas homologado do auto de infração senão ele não cumpre com a sua função legal e até constitucional que é de revisar.

Os juízes que estão lá tem livre pensamento, convencimento, são pessoas de formação sólida, e para encaminharmos ao governador fazemos uma análise criteriosa dos currículos e da conduta pregressa desses juízes. Portanto, é um Tribunal e isento do ponto de vista do julgamento, e nesse caso específico da Revap ele suportava uma tese absolutamente polêmica, e que eu mesmo tenho dúvidas se caso eu fosse juiz se eu suportaria.

Sendo muito rápido e sem querer me delongar demais ele dizia o seguinte, “o que é ICMS e o que é ISS?”. Quando se faz uma construção de uma obra e coloca os equipamentos lá dentro que é o que chamamos de turn key quando se entrega uma fábrica inteira pronta e isso é considerado como prestação de serviços, não é venda de equipamento. Venda de equipamento instalada sendo muito simplista é prestação de serviço tributada pelo ISS.

Aquele de auto de infração cobrava ICMS dos equipamentos que foram construídos em dos módulos da Revap. É uma tese polêmica, alguns suportam que realmente o auto era equivocado ou não, e aí vem o debate. O fato é que nenhum outro auto de infração semelhante aquele eu tenho conhecimento de que tenha sido

lavrado. Portanto, foi um auto e uma tese de uma equipe de agentes fiscais de rendas que entendeu que ali havia ICMS e outras não corroboram desse entendimento, portanto, do ponto de vista do julgamento me parece correto. Mas, há todo um procedimento de análise se houve o desvio de conduta ou não e que tem de ser exaurido e enfrentado e é o que está sendo feito.

Existe a corregedoria, a CORFISP, ou seja, os órgãos de correição que estão trabalhando como sempre trabalharam.

**O SR. ENIO LULA TATTO – PT** – Acho que devo ter mais 30 segundos, porque é estranho que isso foi detectado pelo Ministério Público Federal, não foi detectado pela Fazenda do Estado e pelo Tribunal de Contas, pela Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. E se esse caso que se tem dúvidas e discussão e se incidia ICMS que era vendas de máquinas, ou se era só o ISS, imagina se isso se multiplicar para todas as obras semelhantes do estado de São Paulo.

É muita coisa. Então, sem contar que não é pouca coisa que a pessoa contratada para defender o escritório é de um ex-funcionário do TIT, da Fazenda e da forma que foi contratado segundo os delatores que parece e que é verdade, já colocando que não queria que se emitisse nota, e, que fosse feito por fora. Impressionante como em determinado momento isso foi notícia no estado de São Paulo. E depois sumiu da imprensa, e por mais vezes que eu falei isso na Tribuna, cobramos, tentamos trazer algumas pessoas para que falassem aqui e, infelizmente, nenhum requerimento foi aprovado e isso cai no esquecimento.

O valor é muito grande, nesse caso era de 230 milhões e pode-se ter muito mais casos como esse. Independente se o TIT é um órgão conceituado ou que recebe prêmios, mas, são os cuidados que precisamos ter.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO RODRIGUES DE CARVALHO** – Deputado eu reforço que eu desconheço que conheça qualquer outro auto lavrado sobre a mesma tese. Portanto, havia no meu entender um equívoco no próprio auto de infração. E não estou defendendo e falando de público e de um ambiente absolutamente democrático e filmado. Esse é meu entendimento. Não haverá pelo menos nesta tese outras possibilidades porque autos de infração dessa natureza dificilmente são lavrados, a menos que em um caso concreto se detecte alguma simulação ou planejamento tributário que se fingiu que era uma coisa, e, que na verdade era outra.

Portanto, eu acho difícil de acontecer nessa tese. Com relação ao agente fiscal de rendas aposentado que trabalhava como advogado e que suspostamente teria apresentado e vendido esse serviço, vários outros agentes fiscais de renda quando se aposentam vão trabalhar com advocacia e tem conhecimento técnico para isso e uma carreira de 20 ou 30, 40 anos de fiscalização, são técnicos respeitados e todos os que estão aqui na ativa foram e já tiveram a sua competência reconhecida, então imagine pessoas com mais dez, 15 ou 20 anos de experiência.

Então via de regra agentes fiscais de renda e outras carreiras também quando aposentadas vão e podem exercer advocacia. Eu acho que é um complemento da sua carreira pessoal. Portanto, não vejo nenhum crime ou nenhum fator que desabone o senhor e os colegas exercerem advocacia. Não há uma conduta imoral, para não dizer ilegal. Eu acho que não. Vários fazem isso. Mas, reforço que de qualquer forma a conduta e a possibilidade de um desvio funcional está sendo apurada pelos órgãos de controle.

E tem de ser, talvez o fato de que isso não tenha tido repercussão na mídia é que o entendimento de todos seja esse, de que não houve desvio. Talvez o esquecimento venha da constatação de que nada se apurou além de uma delação e de alguém que falou alguma coisa. Mas, eu não conheço o caso concreto, eu volto um pouco para melhorar a minha explicação o colega, o Gustavo que é o nosso coordenador me trouxe essa tese do contrato de empreitada.

É uma tese que já tem jurisprudência formada inclusive no STJ, e o que é o contrato de empreita? O senhor é contratado para entregar a obra pronta, é o turn key, a virada de chave, se entrega tudo e a empresa contratada coloca tudo dentro e entrega a obra e a indústria, o módulo industrial funcionando. Foi exatamente o que aconteceu. Portanto, a jurisprudência formada e agradeço ao Gustavo por me trazer a informação do STJ.

Portanto, a própria Secretaria da Fazenda, e os próprios agentes fiscais de rendas lavriam autos de infração sabendo que ele cairia no futuro. Não estou dizendo que é o caso concreto, o fato é que não se lavram autos de infração desse tipo porque é uma tese consagrada, consolidada de que estava errado. Pode ser que naquele caso concreto o que o fiscal conseguiu apurar e não tenha conseguido provar é que houve simulação das coisas. Fingiu-se que era uma empreitada e na verdade era venda de equipamentos. Isso pode acontecer.

O fato é que as pessoas dizerem que fizeram ou deixaram de fazer não me parece prova de que realmente aconteceu. E os órgãos de correição absolutamente atuantes e trabalhando para identificar, apurar e punir se for o caso. Punir e levar para o Ministério Público Federal, que foi o que teve acesso e não o Estadual ou a Secretaria da Fazenda, me parece que veio pelo que o senhor está colocando por conta da própria delação feita no âmbito do Ministério Público Federal. Aqui aparentemente de pronto e olhando o caso concreto e público não há desvio e o que se falar, é um auto de infração que caiu porque era em uma tese consagrada no sentido contrário.

**O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA – PRB -** Sr. Secretário, muito obrigado pela sua vinda aqui hoje, trouxe vários esclarecimentos e ouviu a todos os deputados nesse terceiro quadrimestre do seu exercício. Tenha certeza de que a sua competência vai fazer com que nosso estado cresça ainda mais. Parabéns e obrigado a todos os deputados presentes. Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a Comissão.

\* \* \*